

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Graziely da Silva Santos

Plínio Salgado na antevéspera do Integralismo: imprensa, município
e educação (1916 – 1919)

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo
2019

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Graziely da Silva Santos

**Plínio Salgado na antevéspera do Integralismo: imprensa, município
e educação (1916 – 1919)**

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

São Paulo
2019

Banca Examinadora

Agradecimentos

A primeira pessoa a quem tenho que agradecer e, não poderia ser diferente, é meu professor e orientador Mauro Castilho. Sempre muito paciente e cuidadoso com seus orientandos. Disposto a ouvir as ideias, as lamentações e as dúvidas que tive ao longo de todo o processo de elaboração da pesquisa. Agradeço até os “puxões de orelha” os quais me trouxeram à realidade. Suas palavras de encorajamento e carinho mesmo quando não as merecia. E, o mais importante, os inúmeros ensinamentos que levou para toda vida.

Agradeço minha mãe que, mesmo não sendo a favor da minha vontade insaciável de continuar a estudar, no fundo sempre me apoia e sofre na mesma proporção, angustiada com as datas de entregas dos trabalhos, com as faltas, as notas, como se ainda fosse uma criança no jardim de infância.

Ao meu amigo e principal responsável por ter chegado ao mestrado, Renato Torres. Cúmplice de ideais e ideias, outra alma inquieta como a minha. Que acredita no potencial transformador da ciência e da educação. Sua presença em minha vida é fundamental para não me sentir um ser solitário, sozinho nas minhas angústias.

A minha amiga Mariene (irmã, mãe postiça, ex-cunhada, entre tantos adjetivos que nos damos) como teria chego até aqui sem ela, minha confidente e conselheira. Com quem compartilho a difícil tarefa de existir, sempre tornando, de alguma forma, a minha vida mais leve. E nos momentos difíceis sendo a minha fortaleza.

As minhas irmãs de outra mãe, Fabiola e Nayla, que acreditaram e acreditam em meu potencial. Sempre dispostas a me ouvirem e consolar nos momentos de medo e tristeza que fizeram parte dessa caminhada. Como dos momentos de muita risada e felicidade que sempre compartilhamos.

A minha tia Maria Alice a quem tanto admiro, e que um dia quem sabe seja um pouquinho do que ela é. Sempre me abrigando nas noites em que tinha que ficar em São Paulo, durante dois longos anos. Quantas conversas compartilhamos, quantos conselhos pedi, quantas vezes me mostrou o que não conseguia enxergar, que na vida tudo é um processo. Que os frutos só são colhidos depois de toda difícil tarefa do cultivar. Aqui, ela representa minha família: primos, primas, tios e tias que fazem parte da minha história e seria impossível citar no espaço de uma página.

À CAPES e ao CNPQ que tanto contribuem para o desenvolvimento da pesquisa no país e amargam tempos difíceis. Que possam ter fôlego para permitir que muitos pesquisadores tenham a oportunidade que tive de realizar minha pesquisa com o

consentimento de bolsa integral.

À Deus a quem de certa forma sempre buscamos consolo.

Resumo

A presente pesquisa se insere na área de História da Educação, especificamente, no grupo de ação denominado: *História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira* que encontra espaço no Programa de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Seu principal objetivo foi compreender a formação intelectual de Plínio Salgado no período que antecede a sua atuação na Ação Integralista Brasileira (AIB). O recorte temporal corresponde ao período de 1916 a 1919, quando atuou no *Correio de São Bento*, semanário por ele idealizado ao lado do primo Joaquim Rennó. Logo, o impresso se tornou a principal fonte primária utilizada na análise. Para tanto, Gramsci foi o referencial teórico no qual nos pautamos. Seu conceito, de intelectual orgânico, nos permitiu pensar Plínio Salgado como produtor e transmissor de cultura. Além, de fornecer uma metodologia de análise dos meios pelos quais a cultura é transmitida: escola, igreja, partido, imprensa. Outro importante referencial teórico foi Sirinelli e seu conceito de redes de sociabilidade. Sua aplicação foi fundamental para definir as relações pessoais de Plínio Salgado e o grupo social no qual se inseria.

Palavras chave: História dos Intelectuais, Plínio Salgado, Imprensa, Município, Educação.

Abstract

The present research is part of the of Education, specially of the action group named: History of Institutions and Intellectuals of Brazilian Education, which is within the Master Program in Education: History, Politics, Society. Its main goal was to understand the intellectual formation of Plínio Salgado in the period before his performance in the Brazilian Integralist Action (AIB). The time cut corresponds to the period from 1916 to 1919, when he worked in the São Bento Post, a weekly publication he designed with his cousin Joaquim Rennó. Soon, the printed matter became the main primary source used in the analysis. For that purpose, Gramsci was the theoretical referential by which we are guided. His concept of organic intellectual allowed us to think of Plínio Salgado as a culture producer and communicator. In addition, it also provided a methodology of analysis of the means by which culture is transmitted: school, church, party, press. Another important theoretical reference was Sirinelli and his concept of networks of sociability. Its application was fundamental to define the personal relations of Plínio Salgado and the social group in which he was inserted.

Keywords: History of Intellectuals, Plínio Salgado, Press, County, Education.

Sumário:

Introdução	
01	
Capítulo 1 - O <i>Correio de São Bento</i> como espaço de formação e atuação intelectual.	
11	
Capítulo 2 - O progresso e o município nas páginas do <i>Correio de São Bento</i> .	
24	
Capítulo 3 - Civilizar e educar: projeto do <i>Correio de São Bento</i> .	
37	
Considerações	Finais
71	
Referências	Bibliográficas.
74	

Introdução

Há dez anos atuo na Educação Básica ministrando aulas de História a alunos de sexto a nono anos e, concomitantemente, por um período menor, a alunos do Ensino Médio. Durante esse tempo, inúmeros foram meus questionamentos em relação à História como ciência e conteúdo escolar, bem como em relação à minha prática docente e ao ensino.

Parti em busca de uma formação teórica mais consistente no auxílio aos questionamentos preliminares. Ingressei em cursos de extensão universitária e, em seguida, conclui História, Cultura e Sociedade, no âmbito da especialização, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Nesta mesma instituição, participei e fui aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Lá conheci suas linhas de pesquisa e formalizei a orientação de um projeto vinculado ao Grupo de Pesquisa *História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira*.

O Grupo de Pesquisa supra propõe investigações considerando temas, objetos e fontes que elucidem o passado histórico-educacional, com ênfase, dentre outras questões, na história dos intelectuais, nomeadamente sujeitos que atuaram e elaboraram teses sobre o campo educacional. Neste sentido é crucial, de antemão, compreender que não há uma definição única do conceito de intelectual, vocábulo polissêmico, ou seja, possuidor de diferentes interpretações ao longo do tempo, associadas às práticas exercidas no campo social, conforme constata Vieira (2008, p. 66):

Nesse sentido, visando contribuir com a qualidade da sequência desses estudos no campo da história da educação brasileira, pretendemos investir na análise da polissemia do vocábulo intelectual, bem como na problematização das teorias sociais que abordam as práticas sociais dos intelectuais como problema de investigação.

Ao problematizar as teorias sociais que abordam as práticas sociais dos intelectuais, o autor propõe um quadro analítico e comparativo do termo *intelligentsia* - utilizado na Polônia e na Rússia - e da categoria *intellectual* - na França -, onde após o caso Dreyfus o conceito ganhou ares políticos, semelhantes aos que havia nos outros dois países acima referidos. Em seguida, o autor adotou três referências teóricas: Mannheim, Gramsci e Bourdieu para compreender não só as diferentes interpretações que o vocábulo carrega, como também a função política dos intelectuais, a partir dos fundamentos elaborados pelos três pensadores supra.

A primeira definição diz respeito a Mannheim que

Nesse quadro teórico percebemos a pretensão de intervenção, bem como a representação dos intelectuais ou, mais propriamente da intelligentsia como agente social mediador. Os homens e mulheres versados na sociologia do conhecimento seriam os únicos capazes de mediar os conflitos, uma vez que eles reuniriam as condições racionais para localizar historicamente e socialmente os condicionamentos que originam as formas de pensar antagônicas. (VIEIRA, 2008, p. 74).

Para esse teórico, o intelectual é o único capaz de reunir as diferentes visões antagônicas e promover uma análise histórica e social das suas condições, se tornando um mediador em meio ao conflito. Nesse caso, a visão racional colocaria o intelectual acima das questões temporais, à parte desses conflitos e o permitiria uma visão clara e supostamente neutra das situações. Sendo o único capaz de promover a solução conciliadora.

A crítica a esse modelo teórico se dá pelo fato de não ser o intelectual apartado da sociedade, ele está inserido nela e estabelecesse uma relação dialética na mesma proporção que exerce sua função pública, delineando sua formação ideológica. Assim, a racionalidade não lhe confere uma interpretação neutra dos conflitos. Ao contrário, o insere na rede tensional que se apresenta nos diferentes momentos de sua atuação política.

Para Gramsci, segundo Vieira (2008):

Os intelectuais são analisados na obra de Gramsci como agentes políticos determinados, isto é, como estrategistas responsáveis pela função de domínio e de direção cultural. Nesse quadro analítico não é a sociologia do conhecimento o saber que confere centralidade aos intelectuais na cena política, mas sim a ciência e a arte política. Essa concepção reitera a positividade do engajamento da elite intelectual contrastando, tal como Mannheim, com a tese do ascetismo dos clérigos. Ele enfatiza o que a tese de Benda considerava negação da postura do sábio, isto é, a intervenção política. (VIEIRA, 2008, p. 75)

Em Gramsci o intelectual tem uma função política, principalmente na organização e transmissão da cultura. Mas há, para ele, intelectuais distintos, três principais:

[...] o intelectual tradicional, que despreza, o sentimento popular e organiza-se como casta; o orgânico ao projeto do Estado burguês, que produz as condições ideológicas para a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo; e o intelectual orgânico aos interesses das classes subalternas, que visa a organização de uma nova forma de domínio e de direção política. (VIEIRA, 2008, p. 76)

Uma das contribuições de Gramsci foi demonstrar que o intelectual não é neutro nem está acima de interesses distintos. Sua atuação política está em sintonia com a camada social que o representa, a qual o intelectual se identifica, contribuindo à consolidação de uma hegemonia, seja o Estado burguês ou as camadas subalternas, no caso da acepção

orgânica. O que será retomado, guardadas as proporções, por Bourdieu que define, ainda segundo Vieira (2008) em epígrafe que

Os intelectuais são representados nesse quadro analítico como produtores de capital simbólico, expressando os interesses das classes dominantes e aqueles próprios dos cultos que lutam pelo monopólio da produção do capital simbólico. (VIEIRA, 2008, p.78)

Em Bourdieu a ação política do intelectual está condicionada à produção de capital simbólico que, por sua vez é orientada e expressa os interesses das classes dominantes.

Podemos inferir que há diferenças conceituais nas abordagens sugeridas pelos teóricos em tela. Em síntese, para Mannheim um mediador, para Gramsci um produtor e transmissor da cultura, para Bourdieu um produtor de capital simbólico. Mas apesar das diferenças, é imprescindível perceber que todos pensam o intelectual como um agente político, que atua não só no campo das ideias, mas também é um ser de ação. Logo, não só seus pensamentos e obras que o definem, mas a sua atuação política e social.

A pesquisa adotou a máxima do “intelectual como agente político”, que pensa e atua inserido em um contexto do qual ele não está desassociado, nem tão pouco suas produções estão internalizadas e, como tal, deve ser pensado de forma diacrônica e sincrônica, no seu devido tempo e espaço.

Sob a perspectiva da conceituação acima arrolada, Gramsci oferece o suporte teórico e metodológico mais apropriado para investigar o que se pretende com a presente pesquisa, detalhada mais à frente. Portanto, é no mínimo razoável, compreender de forma mais ampla a definição de intelectual orgânico segundo o pensador italiano.

Para Gramsci duas perspectivas, articuladas entre si, são centrais para a compreensão da função e objetivos da atividade intelectual. Na primeira, “os intelectuais devem ser considerados como grupo social autônomo ou se, ao contrário, cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais. A segunda põe em causa o problema de como identificar e definir ‘os limites máximos de acepção de intelectual’” (VOZA, 2017, p. 426). Em citação direta de Gramsci, Voza (2017), continua:

todo grupo social. ‘por nascer na base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico. (VOZA, 2017, p. 426)

O que mostra que cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais. No entanto, para responder o segundo questionamento, Gramsci indica um erro metodológico. Buscava-se

o caráter da atividade intelectual no ‘intrínseco’ dela, isto é, na sua qualidade específica e, portanto, nas diferenças e diferentes graus de tal qualidade, que podem compreender desde os ‘criadores das várias ciências, da filosofia, da poesia, etc, até os ‘mais humildes administradores e divulgadores da riqueza intelectual tradicional. (VOZA, 2017, p. 426)

A acepção gramsciana de intelectual parte do pressuposto de sua inserção no sistema de relações sociais e econômicas nas quais sua atividade se identifica, num “complexo geral das relações sociais” (VOZA, 2017, p. 426). O central em Gramsci é compreender as funções *organizativas* e *conectivas*, atividade peculiar e historicamente determinada. Os intelectuais não exercem uma função *imediata*, um papel extrínseco e instrumental. Trata-se de uma função *mediada* por dois tipos de organização: a *sociedade civil* (o conjunto de organizações privadas da sociedade) e pelo *Estado*. Para Voza (2017), o intelectual orgânico não tem como função o consenso, nem é portador do dissenso, da verdade. Não tem vontade-capacidade de produzi-lo. O intelectual toma corpo e exerce uma função *conectivo – organizativa*. O consenso não se acresce, ele se renova e é incorporado de diferentes formas.

Os graus de organicidade, continua Voza (2017), estão em conexão com as diversas articulações em que se desenvolvem suas funções conectivas e organizativas, funções essas existentes no presente, nas estruturas das democracias modernas, no sistema social democrático-burocrático. Essas são intimamente constitutivas “da trama dos saberes, das especializações, das competências, das instituições” (VOZA, 2017, p. 427), sempre em relação com o Estado integral e suas formas peculiares e a produção hegemônica. As funções cognitivas-organizativas, na perspectiva hegemônica, são funções dirigentes.

Considerando as assertivas acima esboçadas, a pesquisa optou em investigar a atuação de Plínio Salgado (1895-1975) num cenário historicamente determinado por suas condições objetivas. Trata-se de São Bento do Sapucaí, terra do seu nascimento, localizada na Serra da Mantiqueira paulista, durante sua juventude, datada na segunda metade da década de 1910. Uma questão preliminar veio à tona: há estudos específicos sobre Salgado na antevéspera do Integralismo, quando, em São Bento, atuou como professor, inspetor escolar e jornalista?

A totalidade da literatura arrolada incide sobre a atuação e o pensamento de Plínio após o seu convívio em São Bento, excetuando-se Gonçalves (2013) que indica determinados elementos constituidores da personalidade de Salgado por ocasião de sua experiência familiar e atuação política naquele município.

A presente pesquisa, partindo das assertivas do referido autor, buscou um maior aprofundamento da vida e atuação de Plínio naquele período, optando em analisar edições de um periódico, criado por Plínio e seu grupo, denominado *Correio de São Bento*, cujas edições, de um determinado ciclo histórico, foram localizadas no arquivo da *Casa da Cultura Professor Miguel Reale*.

Dos estudos selecionados sobre a vida, pensamento e atuação de Plínio Salgado, um mereceu, de nossa parte, um destaque inicial. Trata-se da coletânea de estudos publicada pelo Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHRC) e organizada por Campos e Dotta (2013). A obra, preliminarmente, auxiliou a pesquisa a direcionar um tema e um objeto específicos de investigação e corroborar com a tese da inexistência de estudos sobre a juventude de Plínio, antes de sua partida para São Paulo, no ano de 1920.

As principais temáticas tratadas pela coletânea dizem respeito ao papel da mulher segundo as concepções do Integralismo (Barbosa, 2013; Simões, 2013); a Ação Integralista Brasileira (AIB) e suas publicações (Victor, 2013; Cristofoletti, 2013); o acervo dos Fundos Plínio Salgado e Carmela Patti Salgado do APHRC e suas possibilidades de pesquisa (Silva e Carneiro, 2013; Batista, 2013 e Bertonha, 2013). Tais estudos, em que pese sua relevância histórica, não se mostraram diretamente relacionados ao tema e objeto centrais da presente dissertação¹.

Em visita realizada no APHRC, durante a primeira semana de dezembro de 2018, constatou-se a existência de uma significativa e diversa documentação sobre Plínio, a AIB e seus desdobramentos, no período entre a década de 1920 até a morte de Salgado. Em função disso, partiu-se para a análise de obras escritas e publicadas por Plínio no final da década de 1920, objetivando compreender, por elas, seu pensamento e, quiçá, sua vida pretérita em São Bento do Sapucaí. Foram elas: *O estrangeiro* (1928) e *O esperado* (1930) que, em articulação com a obra memorialística escrita por Maria Amélia Loureiro Salgado (filha de Plínio), buscou-se levantar e organizar um conjunto de proposições que avançassem acerca de elementos iniciais e constituidores da personalidade e atuação de Plínio Salgado, o que resultou do Relatório de Qualificação, avaliado em março de 2019.

A partir daí, e fundamentada nas sugestões e encaminhamentos apresentados pela Banca de Qualificação, optou-se em redirecionar a investigação, elegendo um objeto central,

¹ São variadas as pesquisas referentes à trajetória de Plínio Salgado após sua estada em São Bento do Sapucaí. Dentre eles, citamos, a nosso ver, os mais expressivos: Trindade (1979), Vasconcellos (1979), Araújo (1988), Cavalaria (1999) e Gonçalves (2017).

uma fonte específica e um recorte temporal mais adequado. Diante de um material inédito localizado no acervo da *Casa da Cultura Professor Miguel Reale*, na cidade de São Bento do Sapucaí, efetivou-se a problemática central da pesquisa e sua posterior sistematização. Perguntou-se: quem foi Plínio Salgado na antevéspera do Integralismo? Como se deu a formação intelectual de Salgado no âmbito de sua cidade natal? Quais experiências realizou junto à sua rede de influência em São Bento? Em que instituições atuou e promoveu seu papel de intelectual?

Diante dessas problematizações, a pesquisa direcionou-se para estabelecer o seu recorte temático e temporal. Investigou-se Plínio Salgado e sua rede, em São Bento do Sapucaí, na segunda metade da década de 1910, a partir do *Correio de São Bento*. Essa ausência temática de pesquisa é refletida, ou também parece não ganhar relevância no meio escolar. Se questionarmos um aluno de ensino fundamental ou médio, ou ainda, professores de História, eles responderão de pronto, quando souberem, que Plínio Salgado foi o líder do Integralismo no Brasil, na década de 1930.

No entanto, na História nada brota como semente ao cair ao chão, pelo contrário, se forma a partir de um processo no qual muitas variáveis atuam: a cultura, a educação, a família, a política etc. Logo, o Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira, não é um mero acaso, ele é a confluência dessas variáveis que contribuíram para sua formação como indivíduo, como intelectual e influente em nossa sociedade e, consequentemente, como chefe integralista, marcando sua passagem pela História.

Suas experiências, anteriores a AIB, podem nos ajudar a entender como Plínio Salgado formulou as ideias e ideais que mais tarde vieram compor o Manifesto de Outubro de 1932, obra que deu origem a AIB. Assim como, o tempo e o (s) espaço (s) onde esteve inserido muito podem contribuir para a compreensão sob quem foi Plínio Salgado.

É aqui que nasce a principal pergunta proposta por essa pesquisa: como se deu a formação intelectual de Plínio Salgado? Ou seja, quais foram suas redes de sociabilidade, os locais onde passou e viveu, suas leituras, seus locais de trabalho, seu contexto político, social e econômico, ou seja, as experiências por ele vivida que foram dando, ao longo de sua trajetória histórica, forma àquele que em 1932 se tornaria o principal intelectual do Integralismo.

A nossa pretensão inicial era mapear sua trajetória desde 1895, ano de seu nascimento em São Bento do Sapucaí, passando por sua infância e adolescência, buscando explorar, especificamente suas experiências a partir do *Correio de São Bento* (1916) até sua saída

do *Correio Paulistano* (por volta de 1928) e a publicação de três de suas importantes obras: *O Estrangeiro*, *O Esperado* e *Cavaleiro de Itararé*, resultados de um processo de discussão, reflexão e estudo, por ele realizado, desde a Semana de Arte de 1922 e o Verde Amarelismo. Ou seja, compreender Plínio Salgado na antevéspera do Integralismo.

Foi na convergência dessa proposta que caminhamos. Foram lidos, a princípio, alguns textos que consideramos fundantes: *O Manifesto de 1932*, *O Estrangeiro* (1928) e *O Esperado* (1930), todos redigidos por Salgado. Realizamos pesquisas em alguns arquivos, tais como: o APHRC e o Arquivo do Estado de São Paulo. Nos debruçamos sobre fontes primárias e secundárias, em especial a obra de Maria Amélia Salgado Loureiro intitulada *Plínio Salgado, meu pai*. Logo, nos baseando no que havíamos explorado até então, apresentamos em março de 2019, o relatório para a obtenção da qualificação.

O novo cenário obrigou-nos a redirecionar a pesquisa. Tivemos de reestabelecer um novo recorte temporal e encontrar fontes mais apropriadas que pudessem dar maior credibilidade à pesquisa. O primeiro passo foi a busca de fontes, inicialmente nos debruçamos sobre a análise do impresso *Correio Paulistano*, lócus de ação de Plínio Salgado na década de 1920. Mas em seguida nos deparamos com um material inédito, exemplares do *Correio de São Bento*, impresso idealizado por Plínio Salgado, ao lado de seu primo Joaquim Rennó quando ainda residia em São Bento do Sapucaí. Esse foi sua primeira experiência, ainda jovem, de atuação jornalística que lhe proporcionou estabelecer contatos, incluindo aqueles que em 1920 lhe abririam as portas no *Correio Paulistano* com a finalidade de integrar a equipe do jornal, Leopoldo Santana e seu irmão Nuto Santana, que inclusive chegam a publicar poemas no *Correio de São Bento*. Nuto Santana recebia de Plínio Salgado cópias de suas publicações, as quais lia e analisava.

A primeira edição do *Correio de São Bento* data de 30 de abril de 1916 (a qual não encontramos) e a última edição a qual tivemos acesso é o exemplar de maio de 1919. É importante esclarecer que não sabemos, até então, qual a edição final do *Correio de São Bento*, no entanto, conclui-se que seja do ano de 1919, tendo como base para sustentar a hipótese os fatos de sua primeira esposa Maria Amélia ter falecido em agosto desse mesmo ano e, em seguida, a partir de 1920, Plínio Salgado passar a residir em São Paulo, atuando em outros impressos.

Por termos um tempo estreito para pesquisa e redação do texto final, assim como por constituir uma quantidade significativa e relevante de exemplares, decidimos estabelecer nosso recorte temporal acordando-o com o tempo de duração do *Correio de São Bento*. Logo, nossa pesquisa que inicialmente se enquadrava entre 1895 a 1928, agora se dedicará a análise da atuação de Plínio Salgado no *Correio de São Bento* entre 1916 a 1919.

Apesar de reduzirmos o recorte temporal e nos concentrarmos na análise de uma fonte específica isso não reduz as dificuldades nem a relevância da pesquisa. Pelo contrário, ter contato com uma fonte inédita e focarmos em um período pouquíssimo estudado da vida de Plínio Salgado torna-a ainda mais significativa.

Porém, um desafio veio à tona: como abordar Plínio Salgado sob uma perspectiva educacional mais ampla? Como inserir sua trajetória no espectro dos intelectuais da educação?

Educar consiste em transmitir cultura, em preparar o indivíduo para viver em sociedade, inculcando-lhe valores morais, físicos e intelectuais específicos do grupo ao qual se insere ou, está destinado. Em Gramsci, a transmissão da cultura não se dá apenas pela escola, essa constitui um dos agentes educadores, que inclui: o partido, a fábrica, a igreja e a imprensa. Nesse processo, o intelectual possui as funções organizativas e conectivas na busca pela hegemonia. A partir desse referencial escolhemos analisar Plínio Salgado como um intelectual orgânico, ou seja, um produtor e transmissor da cultura que, lançou mão de alguns agentes educadores para disseminar seu projeto hegemônico.

Portanto, uma tarefa crucial dessa pesquisa, foi compreender esses espaços de atuação de Plínio Salgado. Assim como, as ideias que transmitia e absorvia nesses meios. Sua atuação na educação, na política e na imprensa podem nos esclarecer como era Plínio Salgado no campo da ação.

Outra relevante tarefa foi o de mapear as redes de sociabilidade de Plínio Salgado no âmbito da cidade de São Bento do Sapucaí. Elas se constituem como fundamentais em sua trajetória, seja por meio da herança social dos pais, seja pela qual ele mesmo construiu.

O ponto de partida dessa pesquisa foi um artigo encontrado em CAMPOS e DOTTA (2013) de Leandro Pereira Gonçalves, intitulado *História da minha vida*, que o autor escreveu com base em documentação encontrada no APHRC. Pela primeira vez,

tivemos contato com a descrição sintética, mas muito útil, da trajetória de Plínio Salgado ainda na sua infância e juventude. A leitura foi essencial para tornar ainda mais evidente a necessidade de se estudar a fase anterior a atuação de Plínio Salgado na AIB. Seguida pela biografia escrita pela filha de Plínio Salgado, Maria Amélia Salgado Loureiro, *Plínio Salgado, meu pai*. É uma obra memorialista, carregada de sentimentos, portanto requer, do historiador, cuidado em sua abordagem e análise. Para analisá-la recorremos ao artigo *Grandezas e misérias da biografia* de Vavy Pacheco Borges, que se encontra em PINSKY (2015).

Porém, sua contribuição para a presente pesquisa foi de grande valia. Foi por meio dela que pudemos levantar uma quantidade relevante de fontes primárias e suas localizações. Assim como, ajudou na formatação do recorte temático inicial, pois lendo a trajetória de Plínio Salgado estabelecemos, para essa pesquisa, o período por nós entendido, como sendo extremamente produtivo em sua vida, merecendo uma maior atenção de nós pesquisadores, o qual correspondia ao período de 1913 à 1928, quando tem início sua carreira jornalística, primeiro fundando o *Correio de São Bento* e, mais tarde, atuando em outros meios da imprensa, sendo o mais efetivo o *Correio Paulistano*.

Dentro dessa perspectiva, analisamos o impresso *Correio de São Bento*, encontrado na Casa da Cultura Miguel Reale em São Bento do Sapucaí. Os exemplares que compõe a série datam dos anos de 1916 a 1919, o que define nosso recorte temporal. É importante registrar que, apesar da quantidade, não há uma série completa, faltam algumas edições. Além disso, o péssimo estado de conservação em que se encontram, encaixotadas sem nenhuma proteção, guardadas em um porão sem temperatura adequada e expostas às intempéries, levaram a deterioração de muitos exemplares, principalmente os que correspondem ao ano de 1916. Portanto, muitas seções e colunas não puderam ser analisadas na íntegra.

Como se trata da análise de impressos, essa pesquisa adotou, como procedimento, orientações metodológicas advindas de Gramsci, onde ele estabelece como se deve proceder na análise dos mesmos.

Em PINSKY (2015), outro importante referencial teórico, encontramos o artigo intitulado: *História dos, nos e por meio dos periódicos*, de Tania Regina de Luca, onde a autora faz um breve relato de como a imprensa, ao longo da Historiografia no Brasil, se tornou uma importante fonte de pesquisa e como foi analisada ao longo das últimas décadas. Ressalta também o que podem fornecer os modelos de impresso existentes e

deixa ao final um quadro analítico adotado para essa pesquisa.

Outras fontes utilizadas foram as obras literárias de Plínio Salgado, em especial: *O Estrangeiro* e *O Esperado*. Essas obras foram importantes pois consolidaram o que, supostamente Plínio Salgado vinha idealizando nos seus textos e em seus envolvimentos em movimentos culturais como: o Verde-amarelismo e o Anta. *O Estrangeiro*, por exemplo, consolida a busca por uma literatura genuinamente brasileira, a qual projetava desde a Semana de Arte de 1922.

Um importante arquivo, o qual visitamos, foi o APHRC (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro) onde se encontra o fundo Plínio Salgado, como mencionado. Nele há diversas fontes: fotos, jornais, arquivos pessoais, etc, que Plínio Salgado foi armazenando ao longo da vida e, que foram doados por Carmela Patti Salgado, então sua viúva. No entanto, a maior parte corresponde à períodos posteriores ao recorte temporal por nós definido. Fornecendo poucos materiais significativos.

Quanto ao referencial teórico, alguns autores são cruciais. O primeiro deles é Gramsci, em especial seu texto *Os intelectuais e a organização da cultura*. Nele Gramsci não só define seu conceito de intelectual entendido a partir da sua realidade, como produtor e transmissor de cultura, capaz de organizar sua classe (para ele operária) e conduzi-la a hegemonia.

O segundo foi Jean-François Sirinelli. Seus textos são de suma importância pensar o conceito de intelectual, mas, mais precisamente, é imprescindível para a compreensão do conceito e da análise das redes de sociabilidade.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro, privilegia a apresentação e análise de aspectos e elementos intrínsecos ao veículo de imprensa que selecionamos. No segundo, são abordadas categorias cuja a incidência foi detectada no ciclo que investigamos do *Correio de São Bento*. São elas: *progresso* e *município*. Por fim, no capítulo três, centralizamos a reflexão no âmbito educacional, entendendo que Plínio Salgado compartilha do que foi exposto sobre o tema no referido jornal e atuou, de alguma forma, em espaços institucionais relacionados à educação escolar.

Capítulo 1

O *Correio de São Bento* como espaço de formação e atuação intelectual

Ao idealizarmos essa pesquisa um dos principais objetivos consistia na busca por fontes que pudessem nos levar à análise e compreensão do processo de formação de Plínio Salgado como intelectual, em uma conjuntura que antecedia sua experiência na AIB (Ação Integralista Brasileira). A maior parte do tempo que corresponde a esse período, Plínio Salgado viveu em São Bento do Sapucaí e atuou em diversos setores da sociedade enquanto ali residiu. Uma das suas atuações foi a idealização do *Correio de São Bento*, impresso legado à posteridade por meio de seu suporte material e que contém em suas páginas ideias defendidas por ele ainda jovem. Logo, encontrá-lo era primordial, uma fonte imprescindível para compreender: quais eram essas ideias e ideais, sob que circunstâncias elas foram elaboradas e o quanto sobreviveram ou se transformaram ao longo do tempo.

Quando encontramos exemplares que formavam uma série expressiva o adotamos como fonte primária e principal objeto de análise. Dedicar um capítulo para descrevê-lo seria o mínimo, afinal trata-se de uma documentação inédita e que traz luz a atuação e pensamento de Plínio Salgado. Como então abordá-lo? Sob quais perspectivas?

O impresso não se resume apenas ao seu suporte, nesse caso o material. Da sua elaboração à sua impressão inúmeros são os elementos que o constituem. É possível, por meio deste, capturar e compreender uma configuração única, a expressão sistematizada de ideias de um determinado grupo ou classe social, que o tem como *lócus* de discussão e transmissão de sua ideologia, que se pretende hegemônico, estabelecendo o impresso como campo de disputa cultural.

Em seu espaço físico, onde se concentra a redação, se estabelecem relações pessoais convergentes - onde o pensamento caminha para a unanimidade - ou divergentes - onde as diferenças entre os pensamentos tornam o ambiente conflituoso -, relações baseadas na hierarquia e relações com o externo, que influencia o interno e é por ele influenciado. O impresso também é elaborado com o objetivo de atingir um público específico, geralmente seus pares, promovendo consenso, o que não inviabiliza sua atuação sob outros grupos, como a mobilização da grande massa, levando-a a adotar o pensamento ideológico nele contido como sendo seu.

Todas essas variáveis nos mostram que não há neutralidade ou isenção em um impresso. Ele carrega em si uma visão de mundo definida por seus elaboradores, do grupo ao qual representa. O impresso não é a mera representação da conjuntura na qual está inserido, mas a representação da conjuntura vista pela perspectiva ligada aqueles a quem o impresso está associado. Logo, é

Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma representação do mundo que se articula fora do veículo e ai se clarifica, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que aí ganha visibilidade. Como propõe Laura Maciel trata-se, em primeiro lugar, de “em nossa prática de pesquisa não [tomar a imprensa] como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 260)

O impresso deixa de ser apenas o veículo de transmissão de informações, passa a ser um sujeito que atua na sociedade de forma a transformá-la, moldar seus pensamentos, contribuir para disseminar um modelo cultural pré-determinado. Mas o mesmo ocorre com o imprensa, em uma relação dialética, a conjuntura externa também o afeta, também o transforma de acordo com as novas demandas sociais, políticas e econômicas.

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “tem uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam terras, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com os quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, pp. 260-261)

Logo, compreender o impresso para além do seu suporte material nos permite compreender todos esses elementos que lhe são associados e que configuram seu resultado. Essa perspectiva torna o impresso não apenas uma fonte de pesquisa, um documento que contenha em si o retrato da verdade, mas um sujeito que precisa ser situado em sua conjuntura, que também não deve ser pré-estabelecida, dada pela história e sim extraída da própria investigação. Portanto,

[...] Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-los em fonte. Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são

relativas à como determinada publicação se constituiu com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição? (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 262).

A intenção do primeiro capítulo é retratar, com base nas assertivas acima, o *Correio de São Bento* como um sujeito histórico e não o tomar por si só. Compreender todos esses fatores que circundam sua existência e que podem nos responder perguntas sobre o impresso, mas para além, sobre a atuação política de Plínio Salgado no âmbito cultural. Em qual conjuntura se estabelece? Quais são seus grupos de articulação? Que ideias e ideais defende? A quem se dirige? O *Correio de São Bento* se torna, aqui, fonte e objeto. Irá auxiliar na busca de respostas para essas perguntas, mas será concomitantemente investigado.

No entanto, qual a relação entre São Bento do Sapucaí e Plínio Salgado?

São Bento do Sapucaí é a terra natal de Plínio Salgado, foi nesse município que em 22 de janeiro de 1895 nascia o filho de Francisco das Chagas Esteves Salgado (farmacêutico da cidade) e Anna Francisca Rennó Cortez (professora). É nesse que Plínio Salgado residirá até 1920 quando, aos 25 anos, decidi se mudar para São Paulo. Nesse espaço de tempo deixou a cidade por apenas dois momentos: durante seus estudos secundários, os quais cursava em Pouso Alegre, abandonando-os em 1911 em decorrência do falecimento do pai e quando, em 1913, a convite do então senador Dino Bueno se muda para São Paulo com a finalidade de concluir os estudos. Porém, em 1914 a mãe, em dificuldades financeiras, pede a ele que retorne para ajudar no sustento da família.

Portanto, a cidade é o local onde Plínio Salgado deu seus primeiros passos como um ator político. Sua intervenção na mesma foi marcada por diversas ações: foi professor, inspetor escolar municipal, fundou um partido e elaborou o jornal.

O *Correio de São Bento* foi idealizado por Plínio Salgado ao lado do seu primo e, mais tarde cunhado, Joaquim Cortez Rennó Ferreira (Quinzinho) em 1916, ano da publicação da edição número 1 (um) em 30 de abril². Provavelmente, 1919 seja seu último ano de publicação pois, em 06 de julho do mesmo ano, a sua esposa Maria Amélia deu à luz a filha do casal, adoecendo logo em seguida por complicações advindas do parto, o que a levou à óbito. A morte de Maria Amélia (sua primeira esposa) foi extremamente

² Infelizmente não tivemos acesso a edição número 1, nossa série tem início na edição número 2 de 07 de maio de 1916.

relevante na decisão de Plínio Salgado em deixar São Bento do Sapucaí e se mudar para São Paulo³ onde, começa a atuar, a partir de 1920, no jornal *Correio Paulistano*.

O *Correio de São Bento* foi o marco inicial da carreira de Plínio Salgado, onde obteve suas primeiras experiências efetivas na imprensa oficial, se constituindo como um importante meio de atuação política. Foi uma de suas principais funções ao longo de sua trajetória e meio de sobrevivência em muitos momentos.

Mas como se constituía o *Correio de São Bento*? Tanto Luca (2015) quanto Cruz e Peixoto (2007) apontam a importância de se observar o título e o subtítulo do impresso pois esse pode revelar pontos importantes como: a abrangência territorial, o grupo que o idealiza, a quem se dirige, etc. Logo, o que pode o título *Correio de São Bento* nos evidenciar?

A palavra *correio* no dicionário mini Aurélio (FERREIRA, 2008, p. 270) tem as seguintes definições: 1. Pessoa incumbida de levar ou trazer correspondência ou notícias. 2. Serviço público ou privado que recebe e expede correspondência. 3. Edifício onde funciona. Se tomarmos como referências as definições 1 e 2, em especial a 1, podemos admitir que a função escolhida pelo *Correio de São Bento* era de levar e trazer notícias, assim como, expedi-las. Ao analisarmos o impresso a premissa ganha sentido, além de se debruçar sobre fatos relacionados ao município e reflexões julgadas pertinentes, o *Correio de São Bento* era um elo de ligação entre outros impressos existentes em diversas regiões do país e a cidade, ou seja, não só assumiu a tarefa de noticiar o que creditava importante, mas por muitos momentos nos deparamos com diversas notícias, crônicas, críticas advindas de diversos jornais existentes.

Recebemos durante a semana finda os seguintes collegas: - “O Trabalho”, de S. Simão; “O Labaro”, de Taubaté; “O Piratininga” de S. Paulo; “O Município” de Caldas; “A Cidade de Poços”, de Poços de Caldas; “A Imprensa”, de Pindamonhangaba; “O Norte”, de Lorena; “O Paraisópolis”, de S. José do Paraiso; “O Villa Braz”, de Villa Braz; “A Notícia”, de Itajubá; “A Comarca e o Radium”, de Dous Corregos; “O Povo” de Caçapava, “O Continente”, de S. Sebastião; “O Cachoeirense”, de Piracaia; “A Folha Nova”, de Sylvestre Ferraz; “O Jambeirense”, de Jambeiro; “A Ordem”, de Tremembé.

Agradecidos, permutaremos.⁴ (Os nossos collegas. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucaí, 25 jun. 1916, p. 2)

A troca de impressos parecia uma prática comum entre as redações, principalmente das

³ Em Gonçalves (2017) pode-se deparar ainda com duas outras experiências que possam ter motivado Plínio Salgado a deixar São Bento do Sapucaí: a febre espanhola que adquiriu e um ato de violência que terminou em prisão durante campanha do Partido Municipalista.

⁴ Optamos por manter a grafia original.

cidades mais próximas como: Taubaté, Santo Antônio do Pinhal, Pindamonhangaba, Itajubá, etc. O inverso também era verdadeiro, o *Correio de São Bento* circulou por outras redações e foi por elas reverenciado, sendo contemplado em algumas edições destas.

- Referiram-se ao nosso aparecimento com expressões elogiosas “A Ordem”, “O Município de Caldas”, “O Continente”. Honrou-nos com a transcrição de uma parte do Music-Hall, do Zé Corisco, “A Imprensa” de Pindamonhangaba. (Os nossos colegas. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucaí, 25 jun. 1916, p.2)

Outro exemplo, pode ser observado na segunda edição, que traz na seção⁵ intitulada *A Nossa Folha* uma referência feita da primeira edição no jornal *Correio Paulistano*.

O correspondente do Correio Paulistano em Santo Antonio do Pinhal, assim noticia o aparecimento da nossa folha, naquelle órgão da imprensa paulista:

Santo Antonio do Pinhal
(do correspondente em)

Appareceu no dia 30 do mez passado, em S. Bento do Sapucahy, sêde deste município o primeiro número do “Correio de São Bento” (A Nossa Folha. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucaí, p. 3)

O diálogo estabelecido com outros impressos proporcionou uma rede de colaboração mútua entre eles que possibilitou a população *sambentista* ter acesso a fatos de proporção nacional e regional. Esse é outro ponto pertinente que podemos associar ao termo correio, a função de levar à população informações que não se restringiam ao âmbito local, mas a inseria em discussões amplas de questões que estavam presentes na sociedade como um todo: militarismo, política, educação, etc (mesmo que essas sejam previamente selecionadas pelos membros do jornal). Além de promover aos sambentistas, residentes em outras localidades, ter notícias da mesma.

Realmente, aos sambentistas de fóra é a que o jornal da terra mais interessa, porque lhes dá notícias dos que morrem, dos que casam, dos que viajam, das festas que aqui se realizam, factos esses que as pessoas amigas quasi sempre esquecem de registrar em suas cartas e que só a folha local não deixa de contar. (O Sr. Joaquim Marcondes do Amaral. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 04 jun. 1916, p. 3).

Já o restante do título demonstra o local, a pretensão de se referir em suas publicações à São Bento do Sapucaí e sua população, assim como, a finalidade era atingir essa última,

⁵ Para melhor situar o leitor vamos adotar o vocábulo seção para identificar todo conteúdo permanente do jornal, enquanto as matérias aleatórias como: notícias, reportagens, etc, serão identificadas como coluna.

seu principal público alvo. Questões locais diversas eram ali retratadas incluindo, por exemplo: o nascimento, o casamento e o falecimento dos municípios, a saída e o retorno dos mesmos a cidade, seus aniversários, etc.

Mas é preciso levar em consideração que a cidade de São Bento do Sapucaí dos meados da década de 1910 correspondia a uma extensão territorial que abrangia Santo Antônio do Pinhal e Campos do Jordão - seus distritos - sendo São Bento do Sapucaí a comarca e núcleo dessas. Também havia inúmeros bairros distantes e de difícil acesso, como a Candelária, parte integrante da cidade.

Se o título, nosso ponto de partida, nos revelou possíveis intencionalidades do impresso, o que nos revela o seu texto de apresentação?⁶

Semanario independente e de formato regular, o “Correio de São Bento” diz no seu artigo de apresentação estar ao lado da Camara, defendendo seus interesses, sempre que os actos sejam pautados pelo direito e que a justiça reclame a voz do patriotismo, offerece as suas columnas aos literatos que queiram honral-o com sua colaboração, e interessa-se pela lavoura, pelo commercio, pela industria e pela instrução pública. (A Nossa Folha. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucaí, p. 3).

Quanto a periodicidade, o jornal era publicado, uma vez por semana, sempre aos domingos como Semanário Independente até a edição número 09. No entanto, na edição de número 10, de 02 de julho de 1916, o subtítulo é substituído por Folha Independente (o que não foi explicado pelo impresso). Em 1918, passa a ser publicado mensalmente. O formato se manteve regular durante toda a existência do periódico. Era dividido em quatro páginas, geralmente com quatro colunas em cada uma delas. A primeira página trazia a manchete principal, que se tratava de conteúdos diversos ligados a fatos cotidianos ou reflexões sobre moral, educação, política, etc. Havia também seções fixas como: *music-hall*, *foot ball*, *cinema recreio*. Em Music-Hall alguma coluna da edição era transformada em pequenos poemas, ou estrofes, destinados à satirizar o fato, era assinada por Zé Corisco e tinha como subtítulo *castigat ridendo mores* (corrige os costumes sorrindo). Observe a seção publicada no dia 25 de junho de 1916.

O sr. José Gonçalves da Silva, residente em Santo Antonio, emmaçou cuidadosamente oito exemplares da nossa folha e sobre um deles traçou a frase seguinte:

“De Vovô arredação donde veio”

Desculpe seu Zé Gonçalves

A audácia do redatô

Que pelo neto avalia,

⁶ O texto de apresentação original foi publicado na edição número 1 a qual, como mencionado, não tivemos acesso. Pudemos contemplar na segunda edição recortes da mesma noticiadas na coluna *A Nossa Folha*.

O talento do vovô... (ZÉ CORISCO, Music-hall. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, p. 1)

Foot ball era um espaço cuja finalidade era relatar jogos realizados entre times da região, geralmente contra o time de São Bento do Sapucaí. Além dos relatos, as críticas ao time e aos jogadores, em particular, (fossem positivas ou não) eram comuns. Já cinema recreio divulgava as sessões de cinema ou teatro que se realizavam na cidade assim como, anunciava as próximas atrações.

Outras surgiram de acordo com as circunstâncias como *Vida Intellectual*, destinada a divulgar as atividades do grupo literário, cujo objetivo era promover leituras, exposições e comemorações de datas nacionais.

Um espaço na segunda página era utilizado para a divulgação de textos dos mais diversos literatos, como consta na apresentação. Na sua maioria eram poesias, sendo muitas pertencentes ao próprio Plínio Salgado. Mas trazia assinaturas de: Joaquim Rennó, Genésio Cândido Pereira, C. Gomes de Freitas, Hermes Fontes, etc. No entanto, esses colaboradores eram escolhidos entre aqueles que se interessavam por temáticas semelhantes às do jornal, como as atividades econômicas (agricultura, comércio, indústria), educação, patriotismo, se constituindo uma rede de sociabilidade⁷, cujos membros tendiam a um pensamento convergente, promovendo consenso entre esses.

A quarta página (última) se destinava a propaganda. Eram poucas e na sua maioria de anunciantes locais, mas que ao longo do tempo foram ganhando outros colaboradores, alguns até de projeção nacional como *Santelmo - o rei dos sabonetes*.

O jornal se identificava como porta voz da Câmara e veículo de transmissão dos seus interesses. Essa postura inclusive o colocou em oposição ao prefeito da cidade, que se tornou alvo de inúmeras críticas sobre suas condutas e decisões. Citemos uma reportagem de capa: *Anarchia ou descaso*, de 25 de junho de 1916, onde o prefeito não cumpre, mesmo sendo a ele em outras edições pedidas, o relatório sobre o uso das verbas votadas pela Câmara Municipal:

Mas, não podemos, infelizmente, fugir desse dilema: - ou a escripturação da Camara é um châos, donde não se podem extrahir os dados necessarios para a organisação de um relatório, que esclareça o povo sobre a applicação do dinheiro arrecadado durante tres annos ou o senhor prefeito não quer dar satisfação dos seus actos e se faz surdo as reclamações da imprensa, genuina representante de todas as camadas da sociedade sambentista. (*Anarchia ou descaso*. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucaí, 25 jun. 1916, p. 1)

⁷ Para uma melhor compreensão quanto ao conceito de redes de sociabilidade pesquisar *Os intellectuais* - Jean- François Sirinelli em: Por uma história Política, organizado por René Remond.

Em outra edição, agora de 09 de julho de 1916, uma nova crítica, ao mesmo fato, é publicada na capa com o título: *Ultimo appello*.

Quando lançamos o primeiro numero desse periodico e nelle exáramos a formal declaração de que “não iamos fazer um jornal de oposição à política local, mas que censurariamos com imparcialidade e independencia os actos dos administradores municipaes, sempre que esses merecessem a nossa reprevação, longe estavamos de pensar que, tão depressa, nos offerecesse, a prefeitura, motivos às censuras que agóra estamos dispostos a fazer. Diante dos commentarios, os mais desagradaveis possiveis, que se faziam da administração actual e certos de que éram elles infundados, pois, confiávamos demasiadamente na honorabilidade do snr prefeito, solicitamos de S. S., por mais de uma vez, a publicação dos balancetes referentes á receita e despesa de sua gestão, no triennio a findar-se.

O espanto e o medo, traduzidos num silencio inexplicável, foi a unica resposta que obtivemos, até agora, ao nosso appello. (*Ultimo appello. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucaí, 09 jul. 1916, p. 1)

Há de se levar em consideração outro ponto importante expresso no recorte do texto de apresentação, a “voz do patriotismo”. O patriotismo sempre foi uma importante bandeira levantada por Plínio Salgado ao longo de sua trajetória histórica, expresso nos seus textos políticos como o *Manifesto de Outubro*, nas suas obras literárias, nos seus projetos educacionais, etc. E essa já se revela nas páginas do *Correio de São Bento* desde sua apresentação e permanece como ponto nodal em muitas outras edições futuras. Podemos citar, quando das críticas feitas ao governo federal e sua estrutura de composição do exército em 1918, ou dos pedidos para alistamento que aparecem em muitas edições em mais de uma página, por vezes, se repetindo na mesma página, a busca pelo civismo, etc.

No entanto, Plínio Salgado não estava sozinho. Como mencionado, Joaquim Rennó (Quinzinho), seu primo, também fazia parte da elaboração do *Correio de São Bento*. A redação do jornal era responsabilidade de ambos⁸ e a editoração ficava a cabo do sr. José de Araujo. O jornal, como demonstrado, contava com uma rede de colaboradores que o usavam como veículo para transmitir suas ideias e ideais. Diversas eram as colunas assinadas por colaboradores, sejam eles residentes do município, ou ainda, pela publicação oriunda de outros jornais.

Quem eram esses colaboradores?

Esses homens, principalmente munícipes, constituíam um grupo diferenciado que se

⁸ Mais tarde a parceria será retomada e, em 1930, Joaquim Rennó e Plínio Salgado, ambos agora residindo em São Paulo, darão vida à revista *A Razão*, cuja finalidade era transmitir o que se expunha e debatia na SEP (Sociedade de Estudos Políticos). A revista e a SEP são o ponto inicial para se formular a doutrina integralista. Sobre a questão, consultar Loureiro (2001) e Gonçalves (2017).

articulava no e por meio do jornal, compondo uma parcela politizada e detentora de conhecimento, que provavelmente seja pequena nesse momento. Além disso, em uma cidade como São Bento do Sapucaí em meados da década de 1910 não deveria haver uma população grandiosa, o que facilitava um amplo convívio entre os sambentistas, sendo ainda mais fácil para aqueles que exerciam funções públicas e eram extremamente atuantes na sociedade conviver com os mesmos. Plínio Salgado, por exemplo, não era apenas redator do jornal, ocupava o cargo de professor, de inspetor municipal, colaborava como defensor quando o réu não tinha condições de defesa, etc. Outro exemplo pertinente é Genésio Cândido Pereira, cunhado de Plínio Salgado, era promotor público, advogado, foi responsável pela edificação do Externato São José (escola de primeiro e segundo graus) ou ainda, Carlos de Gomes Freitas, delegado.

Existia, por trás do *Correio de São Bento*, uma elite intelectual composta por camadas diversas da sociedade, incluindo professores, padre, delegado, promotor, comerciantes, proprietários agrícolas, etc, com a finalidade de levar São Bento do Sapucaí ao progresso⁹, promovendo melhorias físicas (como o desejo de levar uma braço da estrada de ferro que liga Pindamonhangaba a Santo Antônio do Pinhal e a Campos do Jordão) e também sociais (como a preocupação com a educação). O *Correio de São Bento* se tornou lócus de atuação desse grupo que, para além do próprio impresso, se articulava em outros campos da sociedade, compondo uma ação ampla e sistematizada para alcançar seus fins.

Observe:

Os empregados do commercio desta cidade organisaram uma commissão composta dos srs. Maximiano Ribeiro da Luz, Luiz Rezende, Plínio Salgado, Ernesto de Souza e Wolfgang Brandão, para que esta combine com os commerciantes desta praça uma nova hora para fechamento dos seus estabelecimentos. A hora designada para isso será a das 1 da tarde em todos os dias santos, domingos e feriados.

Cremos que os srs. comerciantes não deixarão de attender esse pedido dos seus auxiliares, que aliaz é muito justo. E essa medida já foi adoptada em todas as grandes cidades. (Fechamento das portas. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucaí, 07 mai. 1916, p. 4)

A reportagem está presente em uma edição sem número e expressa vários elementos previamente levantados. Primeiro, a atuação política desses homens que aqui interviam em favor dos empregados do comércio junto aos seus patrões. Em seguida, o desejo de se igualar as grandes cidades, usando como justificativa, para que os comerciantes aderissem ao fechamento das portas, o fato de que já era uma prática das cidades

⁹ No segundo capítulo será retomada a discussão sobre o progresso segundo o Correio de São Bento.

grandes. E, por último, a composição de uma comissão formada por nomes que aparecem nas páginas do *Correio de São Bento*, sejam como personagens por ele lembradas ou como assinantes de um artigo, coluna, crônica, etc. Ao serem esses os escolhidos como porta voz de um grupo social, torna claro que de alguma forma tinham a atenção dos sambentistas.

Outro exemplo pode ser observado em:

Gabinete de leitura

Por iniciativa do Dr. Genesio Candido Pereira está sendo organizado um Gabinete Literario, nesta cidade com o fim de proporcionar aos seus associados a leitura de jornaes, revistas e livros nacionaes e estrangeiros; promover a comemoração das datas nacionaes e, sempre que seja possível palestras literárias e scientificas. Os estatutos do futuro gabinete estão sendo elaborados por uma commissão, da qual fazem parte os snrs. Drs. Genesio Pereira, Carlos Gomes de Freitas e os redactores dessa folha.

Dentro em breve serão distribuídos os convites para a assembleia de fundação, discussão e aprovação dos estatutos. A séde provisória deste gabinete será num dos salões da redacção desta folha. (Vida Intellectual. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucaí, 25 jun. 1916, p. 3)

Essa coluna, que aparece pela primeira vez em 25 de junho de 1916, anuncia a formação do Gabinete de leitura evidenciando, novamente, nomes que circulam no e por meio do jornal se articulando também fora dele, numa rede que transpassa seu espaço material e físico.

A articulação em torno do Gabinete de leitura tinha um objetivo muito bem delineado, proporcionar cultura a uma parcela da sociedade pré-estabelecida, o que pode ser comprovado quando mencionam a distribuição dos convites, ou ainda, na edição de 02 de julho de 1916.

Por toda essa semana serão distribuídos convites, ás pessoas em condições de fazer parte do Gabinete e quanto a escolha da directoria dependa ainda de eleição, podemos adiantar que o nome do dr Genesio Candido Pereira é o mais cotado para o cargo de presidente. (Vida Intellectual. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucaí, 02 jul 1916, p. 3)

Na citação acima o jornal informa que já se encontrava pronto o estatuto do Gabinete. E, aproveita a ocasião para defender a candidatura do dr Genesio Candido Pereira ao cargo de presidente do Gabinete. Esse é novamente prestigiado pelo jornal que se posiciona a seu favor, o que denota, ao menos, uma postura parcial por parte do impresso.

Outro ponto que demonstra a articulação do *Correio de São Bento* com essa elite intelectual é o uso de uma sala da redação como sede provisória do Gabinete de leitura e, obviamente, a participação dos seus redatores no mesmo. Assim, o jornal se tornou

também espaço de articulação de projetos com objetivos muito bem definidos e não meramente transmissor desses.

E como se dava a manutenção do jornal?

Pudemos observar três formas de arrecadar recursos para a manutenção do mesmo. A primeira forma se dá paralelamente ao surgimento do *Correio de São Bento*. Em sua primeira edição os impressos foram distribuídos com o intuito de tornar seus leitores também assinantes. Ao receber a primeira edição o leitor optava por ficar com ela ou não, se fosse devolvida entendia-se que não havia o desejo de se tornar assinante. No entanto, se não a devolvesse automaticamente se tornava um assinante e contribuiria para a manutenção do mesmo.

De duzentos exemplares que distribuimos, na cidade, com a declaração de que consideraríamos assignantes aquelles que não nol-os devolvessem, até sabbado ultimo, apenas 15 chegaram á nossa redacção [...] (A Nossa Folha. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 07 mai. 1916, p. 1)

Segundo os membros do jornal “Excedeu a nossa espectativa a maneira pela qual o povo sambentista recebeu a nossa modesta folha”. (A Nossa Folha. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 07 mai. 1916, p. 1). Dos 200 exemplares distribuídos apenas 15 foram devolvidos, enquanto 185 leitores se tornaram assinantes. Relatam ainda, na mesma seção, os nomes daqueles que o devolveram justificando que os mesmos eram: “[...] pessoas estas, reconhecidamente pobres e que, (portanto)¹⁰ não podem mesmo (se) dar ao luxo de assignarem jornaes.” (A Nossa Folha. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 07 mai. 1916, p. 1). Para eles o jornal teve uma enorme aceitação e apreciação, recebendo elogios da população.

Nas edições seguintes na seção *Correio do Correio* eram listados os nomes de todos aqueles que durante a semana pagaram suas assinaturas - fossem parciais ou completas - elogiando-os por contribuir com a manutenção do impresso e/ou com o progresso em São Bento do Sapucaí. Aproveitava-se ainda para anunciar aqueles que devolveram o impresso e trazer à tona os que ainda não haviam pago.

Na edição de 04 de junho de 1916 o sr. Joaquim Marcondes do Amaral é tomado como um sambentista correto por ter, espontaneamente, enviado o correspondente a um ano de assinatura do jornal, assim, contribuía para o progresso da sua terra natal mesmo,

¹⁰ As palavras em parênteses apareciam no texto incompletas, portanto, foram deduzidas a partir do contexto adotando-se o que parecia mais plausível.

residindo em “Dous Corregos”. Tal atitude, se tomada por aqueles que residiam em outras cidades, mas que como o sr. Joaquim Marcondes Amaral haviam nascido em São Bento do Sapucaí ou, tivessem por ela algum afeto, teria impedido a ausência da imprensa por três anos.

Em outra edição em 25 de junho de 1916 uma coluna dedicada ao senhor Affonso Falcheta, residente em Poços de Caldas e leitor do *Correio de São Bento*, enaltecia o mesmo e criticava os que não seguiam seu exemplo, mesmo sendo esses moradores de São Bento do Sapucaí.

Assim, enquanto nos envergonham homens da tempera dos srs José Padeiro, Antonio Paulista, João Rufino e outros que não coadjuvam a imprensa, os estabelecimentos de caridade, as instituições intelectuais e se encafiam dentro das tacanhas normas de um egoísmo injustificável, o sr. Affonso Falchetta, um italiano inteligente e progressista da uma lição de civismo a esses brasileiros que assim procedem para com a terra onde elles teem ligado seus interesses pecuniários, estando, portanto, na obrigação de elevar-a e pugnar por ella. (O sr. Affonso Falcheta. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucayah, 25 jun. 1916, p. 3)

Se, por um lado, havia leitores elogiados por suas posturas exemplares para com o jornal, esse, por outro, não poupava críticas ao fato de alguns se sentirem aptos a cobrarem pelo fato de serem assinantes.

Agora, durante o recebimento das assignaturas do “Correio” teem aparecido d’esses typos. Entendem que nos fazem um grande favor tornando assignatura da nossa folha. É preciso que esses individuos comprehendam o seu dever de sambentistas e saibam que, particularmente, não nos fazem nenhum favôr. Somo-lhes gratos, como sambentistas, mas, como particulares não temos nenhum credor de gratidão. (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucayah, 11 de jun. 1916 p. 4).

Na edição de 04 de junho de 1916 era publicado em *Expediente* os valores atribuídos as assinaturas: Anno - 10\$000, Semestre - 6\$000. Trazia ainda: “Publicações, editaes, annuncios, etc., o que se combinar. Pagamento adeantado”. (*Expediente. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucayah, 04 jun. 1916, p. 4). Os anúncios também correspondiam a outra fonte de arrecadação de receita para o jornal, e se davam da seguinte forma:

Sns H. Boss & Comp. (Rio de Janeiro) – Se o annuncio for de uma pagina e Vs Ss preferirem a 4^a pagarão 120\$000 por trimestre; se preferirem prublical-o na 3^a pagarão 240\$000. Na 2^a e na 1^a não aceitamos. Não nos é de grande conveniencia fazer muitos contractos, para publicação de reclamos, pois, (sendo a) nossa folha pequena, não queremos prejudicar os leitores, sacrificando o noticiario e a collaboração. (*Correio do “Correio”*. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucayah, 11 jun. 1916, p. 3).

Uma terceira fonte de receita era a Typographia do Correio de São Bento. A primeira propaganda deste aconteceu em 02 de julho de 1916 e continha:

Nesta Typographia, regularmente montada, executam-se trabalhos concernente á arte, como sejam: - facturas, enveloppes e blocks commerciaes, cartões de visita e commerciaes Nitidez e perfeição
Preços Razoaveis (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916, p. 4).

Provavelmente o lucro (ou pelo menos uma parte dele) deveria ser reinvestido na manutenção da Typographia e do jornal. Assim, ele não se limitava apenas a redação, era também um espaço comercial e, suas atividades financeiras - assinaturas, publicidade e a tipografia - compunham um paralelo à atividade jornalística, que possibilitava a sobrevivência do impresso, assim como acabavam contribuindo para a configuração material do mesmo. O que pode ser percebido: pela limitação do espaço destinado a propaganda, pela aparição da propaganda da Typographia - sempre reservada a última página -, pelos espaços destinados a divulgar os assinantes e seus pagamentos, assim como, seus débitos, pelas colunas dedicadas aqueles que contribuíam com sua manutenção, etc.

É impossível dizer se as receitas eram suficientes, pelo menos não se encontrou evidências. Mas reservar espaços no impresso para a divulgação das atividades financeiras denotam a importância que tinham.

Tentar compreender o *Correio de São Bento* em suas especificidades, que o tornam um sujeito de ação política na cidade de São Bento do Sapucaí em meados da década de 1910, nos permite subtrair das suas páginas a configuração em que se inseriu, os sujeitos que articularam tal iniciativa e o que desejavam obter por meio dele, quem foram seus adversários, como se mantinha.

Essa tarefa foi fundamental para delimitar os capítulos que seguem e traçar o itinerário de Plínio Salgado nessa mesma conjuntura. Percebe-se uma rede de sociabilidade que se constituiu em torno do *Correio de São Bento* e atuava nele, por meio dele e também, estendia-se para além do veículo, articulando projetos e interferindo no cotidiano da cidade.

Capítulo 2

O progresso e o município nas páginas do *Correio de São Bento*

Após analisarmos o *Correio de São Bento* enquanto fonte e objeto, elegemos duas categorias para análise que, julgamos relevantes, pela constância em que aparecem nas obras de Plínio Salgado. Outras tantas poderiam estar arroladas nesse capítulo pois, são diversos os temas tratados no impresso: patriotismo, civilismo, a participação do Brasil na Primeira Guerra, arte, mas optamos por compreender como se define, nas páginas do jornal, os termos: *progresso* e *município*. Apesar de tratá-las de forma separada é importante ressaltar que ambas estão associadas. Se articulam de forma a comporem um todo.

As discussões em torno do *progresso* e do *município* ultrapassaram os anos do *Correio de São Bento* e podem ser encontradas nas obras literárias de Plínio Salgado, tanto em *O Estrangeiro* quanto em *O Esperado*. Nelas, *progresso* está associado às transformações vividas pelas grandes cidades, com a chegada do que consideram moderno e, geralmente, oriundo das influências estrangeiras, principalmente a francesa e a estadunidense. Elementos como os arranha céus, a indústria, o cinema, conquistavam cada vez mais espaço na sociedade e transformavam a cultura nacional.

O Imperialismo não passou despercebido por Plínio Salgado, está presente em suas obras e, exerce influência na sociedade sob aspectos culturais e econômicos. Identificava como a população, principalmente das cidades, mudava seus hábitos e costumes em decorrência do que vinha de “fora” do país, não sendo um fenômeno exclusivo das camadas abastadas, atingindo todas as classes. Nem tão pouco se atem às cidades, se estendendo ao campo. No trecho abaixo, pode-se observar os hábitos novos dos quais Plínio Salgado se refere.

- As meninas estão demorando, respondeu o Dr. Antoninho. Que fita levam hoje?
- A Divina Volupia. É da Paramount.
- Arranjam cada nome!
- Dizem que é uma obra prima.
- O cinema é um grande civilizador. É a escola de nossos filhos.
- Para as moças, nem fale, completou D. Antoninha. Apprendem a vestir-se, apprendem as attitudes distintas e elegantes. Tornam-se, sem o sentirem, umas moças de merecimento.
- E ficam sabendo o que é a vida moderna, a realidade da vida, afim de não irem cahindo trouxamente num casamento infeliz. A ambição é tudo, para que uma família vá subindo no conceito social.
- E o conceito social é tudo, Antoninho. (SALGADO, 1981, p. 160)

O cinema é o símbolo da modernidade, sua função é o entretenimento, mas concomitantemente exerce ação educativa, cumprindo a tarefa de preparar, por meio de seus filmes, a sociedade moderna. No diálogo, é possível perceber como ele contribui na educação das filhas de D. Antoninha e Dr. Antoninho, ensinando-lhes os hábitos de se vestir e se portar, em consonância com a civilidade. Para o casal proporcionar às filhas a possibilidade de ir ao cinema as diferenciava das demais e, lhes dava vantagem na busca por um casamento afortunado, galgando patamares sociais mais elevados.

Como mencionado, não era um hábito restrito a uma ou outra classe, podia se manifestar de formas diferentes, mas atingia a todos sem distinção:

Nos bairros fuliginosos não havia mais resignação, nem a alegria tranquila que se evola dos afectos. As filhas dos operários queriam vestir-se melhor.

Solidonio, o tecelão de olhos negros, que tonitroava nas sessões agitadas das organizações syndicaes, já não tinha mãos a medir com os dispendios das filhas que também trabalhavam numa fabrica de linhas. Eram meias de seda, perfumes quinquilharias de batons e rouges, de cremes, loções, sapatos bordados, vestidos... Joias falsas, olhos compridos para as vitrines. Cinema.

No quarteirão dos desesperos familiares, das tristezas soturnas, das raivas gritadas, havia suicídios com lysol e creolina, fogo nas roupas, como faziam as negras amasias dos soldados da várzea do Canindé. E fugas com rapazes de carroseries lustrosas possantes nas voladas. No lugar dos antigos oratórios, retratos de artistas de Hollywood e de Los Angeles. (SALGADO, 1981, pp 194-195)

No entanto, Plínio Salgado elegeu o automóvel como o principal símbolo da modernidade. Em suas obras, ele perpassa por todo texto, sempre associado as mudanças de hábitos, ao luxo, as transformações no caráter e na paisagem. Mais do que isso, no mundo moderno sua importância é tamanha que o automóvel ganha *status* de divindade, com direito a templo e a adoração:

Sob os protestos do Sr. Arcebispo, na vibrante pastoral, que principiava com o versículo da epístola de São João: "não ameis o mundo nem as coisas que há no mundo". – foi-se erguendo, com larga porta quadrada e andares superpostos de cimento armado, o templo moderno do Deus-Auto. Era um acontecimento social surprehendente, e a sua inauguração seria a parada triumphal de todas as marcas puro sangue dos carros magnificos de raça.

- Será diante do altar do Deus-Auto, afirmou Manfredo, de regresso das villas operarias, que a multidão dos trabalhadores virá pedir justiça.
- E a divindade responderá que só pela força individual, e não collectiva, os seus favores serão alcançados, respondeu Marcos. (SALGADO, 1981, pp 193-194).

Mas como o *Correio de São Bento* pensava o progresso?

A palavra, muito encontrada nas páginas do impresso, está geralmente associada a algo moderno, novo que, naquele momento existia nas "cidades grandes", as quais aparecem

como referência para pensar a cidade de São Bento do Sapucaí. Em diversas colunas podemos verificar a comparação do município com cidades maiores como, a capital São Paulo ou mesmo cidades vizinhas, onde se encontravam inovações.

Um exemplo está na coluna *Fechamento das Portas*, que se refere a formação de uma comissão composta por Maximiano Ribeiro da Luz, Luiz Rezende, Plínio Salgado, Ernesto de Souza e Wolfgango Brandão, cujo objetivo era intermediar a discussão entre patrões e funcionários quanto ao horário em que seriam fechadas as portas dos estabelecimentos comerciais em dias santos, domingos e feriados. Após definido o horário, 13h, um dos argumentos adotados para justifica-lo foi: “Cremos que os srs. commerciantes não deixarão de attender esse pedido dos seus auxiliares, que aliaz é muito justo. E essa medida já foi adoptada em todas as grandes cidades.” (*Fechamento das portas. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, p.4)

Mas o desejo de tornar São Bento do Sapucaí semelhante as “cidades grandes” não se limitava a implantação do novo que, deveria ser acompanhado de benefícios para que de fato fosse interessante. O *progresso* não era apenas a mudança nas estruturas físicas da cidade mas, na economia, na política e na educação, essa última responsável por civilizar, preparar a sociedade para vivenciar esse novo espaço¹¹. Logo, o *progresso* definido pelo *Correio de São Bento*, se concretizaria quando houvesse transformações nas estruturas físicas, mas também sociais, trazendo a modernidade e a civilização, além do crescimento econômico.

Podemos tomar como exemplo o desejo de construir uma via férrea que, primeiramente ligasse Ubatuba à São Sebastião e a Minas Gerais, passando por São Bento do Sapucaí, porém, a inviabilidade fez com que, abandonassem o projeto e se voltassem para a construção de um braço da Estrada de Ferro de Campos do Jordão.

Idealizada, em 1914, pelos médicos sanitaristas Victor Godinho e Emilio Ribas, tinha como objetivo transportar os inúmeros pacientes afetados pela tuberculose que, buscavam o distrito de Campos do Jordão acreditando, à época, que o clima semelhante ao europeu fosse o responsável pela cura dos pacientes. Além de diferentes produtos, se tornando a principal via de acesso.

A estrada que liga Pindamonhangaba, passando por Santo Antônio do Pinhal, onde há uma estação que dá acesso a mesma, à Campos do Jordão era a possibilidade, mais

¹¹ A categoria educação será melhor analisada no terceiro capítulo.

próxima, de tornar real o desejo de uma via férrea no município. O projeto previa a construção, a partir de Santo Antônio do Pinhal, de uma via que a ligasse a São Bento do Sapucaí e, consequentemente ao Vale do Paraíba e a Capital. O que facilitaria o escoamento da produção e proporcionaria o crescimento econômico.

A coluna *Estrada de Ferro*, logo em suas primeiras linhas, menciona o quanto a população estava desiludida ao esperar o governo do estado cumprir a promessa de construí-la. Até mesmo o jornal, sempre otimista, perdia as esperanças:

E, nós mesmos, entusiastas do progresso destas (...) cordilheiras, onde echoam (...) primeiros vagidos e que somos ardorosos crentes da sinceridade com que nos promette esse melhoramento, o governo paulista, confessamos, temos tido nossos momentos de desvanecimento, de dezillusão, deante das difficuldades com que têm luctado as empresas que se propõe a realizar esse grande emprehendimento, posto que, os trabalhos de estratificação já tenham invadido as raias do nosso município. (*Estrada de Ferro. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 1916, p.1)

A luta pelo *progresso*, que viria com a estrada de ferro, persistiu por muito tempo. Em 1920 ela é registrada nas páginas do *Correio Paulistano* em uma coluna denominada *Nas raias de Minas*, cujo autor é Plínio Salgado. Faz menção ao relatório do sr. Secretário da Agricultura de 1919 que traz, novamente, a esperança de se construir o ramal da Estrada de Ferro Campos do Jordão ligando Santo Antônio do Pinhal à São Bento do Sapucaí.

Depois de descrever a paisagem natural da Serra da Mantiqueira e da região de São Bento do Sapucaí, Plínio Salgado, para justificar a construção argumenta:

A composição silico-argilosa do solo favorece magnificamente a pratica de todos os ramos da polycultura. As varzeas frescorosas e os fundos valles, as “batedeiras” íngremes das serrilhas expostas constantemente ás reverberações do sol, multiplicam a semente nelles lançada, pagando nababescamente, o trabalho do lavrador, que, entretanto, ainda se apega nos archaicos processos rotineiros da enxada e das queimadas periodicas. E São Bento do Sapucahy, ainda assim, graças á excellencia de seus 50 mil hectares de terras, é um dos grandes municípios productores do Estado. É o indiscutível celleiro das cidades do norte, o município destinado a um grande futuro, caso dispusesse de faceis meios de communicação. (SALGADO, Plínio. *As raias de Minas. Correio Paulistano*, São Paulo, 28 jun. 1920, p.2)

No trecho acima, Plínio Salgado enaltece a natureza existente em São Bento do Sapucaí que, não necessariamente pelo trabalho do homem, mas apesar dele, é uma grande produtora, essencial para o abastecimento das cidades do norte, só não sendo ainda mais grandiosa porque indispõe de vias de comunicação. O que se resolveria com a construção do ramal da estrada de ferro. Para tal, continua seu argumento:

Esta felicidade tão almejada pelos habitantes daquella zona e que já se tornou uma aspiração de

há setenta annos seria, aliás, de grande proveito para todo o Estado. Sentinella avançada das posses paulistas, S. Bento, si se ligasse ao vale do Parahyba – ou, o que seria o ideal, ao porto de S. Sebastião – tornar-se-ia, fatalmente, o ponto convergente do commercio de uma vasta zona mineira que, já agora, apesar da existencia do ramal da Rede Sul Mineira a Paraisopolis, faz os seus difficiles transportes através da Mantiqueira, em lombos de burros ao pittoresco chocalhar dos guizos das grandes tropas. E tão perfeitamente adivinham esse “mal” os sul mineiros do municipio limítrophe que, estando em más condições a estrada de rodagem de Paraisopolis a S. Bento, ouvimos certa vez de distincto e clarividente politico e senador mineiro – “deixem estar o caminho assim, que não nos convém communicações excellentes com vocês...” (SALGADO, Plínio. As raias de Minas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 jun. 1920, p.2)

A citação tem pontos importantes a serem observados. São Bento do Sapucaí é novamente enaltecidida, agora como ponto estratégico entre Minas Gerais e São Paulo, portanto, se houvesse uma estrada de ferro ligando-a ao Vale do Paraíba e, consequentemente a capital, isso traria vantagens não só a São Bento do Sapucaí, mas a todo o Estado de São Paulo e de Minas Gerais. Em seguida, ao trazer para o texto a fala de um senador mineiro, Plínio Salgado, busca evidenciar que, São Bento do Sapucaí não gera nenhum interesse ao estado de Minas Gerais e, nem tão pouco, tem o desejo de realizar comércio com São Paulo. Isso é essencial para entendermos quando lança mão do fato de São Bento do Sapucaí ser uma cidade paulista para convencer o governo do estado.

E aquelle pedaço de terra uberrima cujos filhos, desde o ultimo quartel do século XVIII, vêm disputando a glória de se chamarem paulistas, acaso não merecerá por ocasião do Centenario da Independencia, que é também o centenario das suas luctas limítrophes e da fundação da sua cidade, estar ligado estreitamente à gloriosa capital do Estado? (SALGADO, Plínio. As raias de Minas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 jun. 1920, p.2)

Ainda se baseando no relatório do secretário de Agricultura dr. Cândido Motta, afirma que apesar dos grandes préstimos, a Estrada de Ferro de Campos do Jordão, causa inúmeros gastos, enquanto a sua extensão até São Bento do Sapucaí, com verba já prevista, traria mercadorias a região e renderia maiores lucros, com segue:

Galgando um terreno ingrime, rasgando cortes e obstruindo lages, erguendo aterros colossais e pontes solidas, tudo caríssimo, com uma coragem verdadeiramente paulista, lá chegaram os trilhos ao Alto e foram além, até Villa Jaguaripe. Está o emprehendimento em..... 4.000:000\$000 e a Estrada não produz rendimento compensador – é o que nos diz o illustre dr. Cândido Motta. Deve ser levado avante, explica nos s. exc., “o ramal de São Bento do Sapucayah do qual existem estudos e orçamento..... 2.379:589\$800 para 33 kilometros) e se espera considerável contribuição em mercadorias.” (SALGADO, Plínio. As raias de Minas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 jun 1920, p.2)

Portanto, a extensão da estrada de ferro não seria a modernidade por si só, ela traria inúmeros benefícios a São Bento do Sapucaí e ao estado como um todo, principalmente

econômico.

Outro elemento da modernidade que ganha as páginas do impresso é a luz elétrica. Geralmente alvo de críticas devido ao serviço prestado pela empresa fornecedora. Onde descrevem:

E' a tôa...

Pode-se berrar, espernear, fazer o que quizer, a cousa não endireita mesmo. Em nosso numero passado fallamos do desmantelo, da desordem do nosso serviço de iluminação. Fallamos dos abusos e desconfianças praticados pela Companhia pelo nosso povo. A cousa continua na mesma. Na mesma? Está peor ainda. Não há noite em que a luz não se apague três, quatro, cinco, seis vezes, por 2, 3 minutos cada vez.

Nas ruas continuam a substituir lampadas de 50 vellas e de 30, por lampadas de 16. Não ha remedio. A Companhia brinca comosco. Não ha que ver. (A Luz Electrica – Brinquedo ou Fraude? *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 07 mai. 1916, p.4).

A reclamação persiste na edição de 28 de maio de 1916. Apesar de não podermos ler o texto em sua íntegra, esse cita os problemas que a população sambentista tem vivido com a Companhia Vivaldi.

De facto, a substituição de lampadas de 50 e 35 vellas, das nossas ruas, por outras de 10 e 16; a exigencia dos depositos previos sem os quaes se não faziam (e não se fazem) installações nas casas particulares (exigência que não consta do seu contracto com a Camara Municipal;) a irregularidade do funcionamento da luz que se apagava (e se apaga) por vezes, horas inteiras, deixando a cidade immersa em trevas; finalmente, o de cobrar as lâmpadas... (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 jun. 1916, p.2)

No texto havia o intuito de alertar a população quanto ao tratamento que a Companhia Vivaldi dava a situação, não se preocupando em ao menos responder aos questionamentos que o impresso fazia. Assim como, esperava que os sambentistas aderissem à causa somando-se ao *Correio de São Bento* na cobrança por melhores serviços. O que parecia não ter acontecido e, levava o impresso a desistir da causa. “Brádaramos inutilmente. A Companhia não nos déra ouvidos e o povo, o interessado, não nos attendera também. Calamos pois, diante disso.” (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 jun. 1916, p.2).

Mas ao final da edição e, principalmente na edição seguinte, há o relato de que a população aderiu ao exposto pelo jornal e tomaram atitude frente ao descaso.

Tardiamente, embora, o povo nos escutou. Os consumidores acabam de fazer uma reclamação aos dirigentes da Companhia Vivaldi, exigindo que se não cobre as lampadas que se queimam pela imperfeição dos seus machinismos e declarando que, no caso dessa reclamação não ser attendida, todas as installações da cidade serão cortadas. Assignam o protesto todos os consumidores de São Bento, os quaes se acham dispostos a submitter-se á Kerosene se a companhia não os attender. (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 jun. 1916, p.2)

A luz elétrica sem sombra de dúvidas é algo moderno, veio para trazer comodidade ao substituir o uso dos lampiões à querosene. Mas como mencionado acima, o progresso pelo próprio progresso não é interessante. É preferível retomar o uso dos lampiões e ter garantias da sua funcionalidade, a aceitar os maus serviços prestados pela Companhia Vilvaldi. Na edição seguinte, do dia 02 de julho de 1916, reiteram:

Diante dessa indifferença e pouca atenção da Companhia para com o povo de S. Bento, um só caminho temos a seguir munirmo-nos de lampeões, com os quaes, aliás, passamos grande parte da nossa vida e mandarmos que a Companhia corte a nossa luz, fornecendo-a, somente, á Camara Municipal, enquanto essa andar em dia com seus pagamentos. (Luz electrica. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916, p.1)

A própria redação, em solidariedade, menciona que tomará a mesma atitude. Mas, para além da discussão quanto ao fornecimento de luz elétrica, um outro fato chama atenção. O jornal não só se torna porta voz da população, mas exerce influência sobre ela. O que é, por ele, comemorado.

Esse protesto vem provar que o nosso povo lendo o “Correio de São Bento” apoia as suas ideias.

É, portanto, uma victoria nossa. (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapicahy, 25 jun. 1916, p.2)

Agir para transformar a conduta dos sambentistas era um dos objetivos do *Correio de São Bento*. Fazia parte da tentativa de civilizar a população, prepará-la para o progresso. Um município moderno exigia novas posturas, novos hábitos de seus municíipes. Tornando a imprensa uma importante ferramenta nesse processo, por isso, sua influência é festejada. Logo, a imprensa trouou-se parte integrante do progresso. Como demonstra o recorte abaixo:

Comquanto não tenhamos, dado inicio ao recebimento das assignaturas de fóra, muitas das pessoas que têm recebido a nossa folha apressaram-se a fazer os respectivos pagamentos e entre ellas destacamos os snrs. dr. Roberto Reid, padre Lucio Xavier de Castro e Ildefonso Baptistas de Oliveira, que desta forma vieram patentear o interesse que tomam pelo progresso de nossa terra, à qual devotam acendrado amor. (“Correio de S. Bento”. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916 p. 4)

Em outro trecho, agora na coluna *Um dos grandes males*, a imprensa aparece ao lado da escola como instituição educadora e, novamente, promotora do progresso. Ao elencar as várias tentativas do dr. Genesio Cândido de acabar com o analfabetismo fundando escolas, M.V. autor da coluna, menciona que, paralelamente à essas iniciativas, havia a de se manter um jornal. “Por essa mesma occasião pessoas tratavam de manter uma

folha que se batia pelos interesses do município. O jornal ficou reduzido a um assignante". (M.V. Um dos grandes males. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 mar. 1917, p.1). E, prossegue tomando o *Correio de São Bento* como outro exemplo, que só obtém sucesso pela forma como aborda seus eleitores. "Ultimamente tentou-se uma reacção. O "Correio de São Bento" a poder de uma orientação dura e até violenta, conseguiu impor-se com um grande numero de assignantes". (M.V. Um dos grandes males. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 mar. 1917, p.1)

Outros elementos associados ao *progresso* aparecem no jornal como: o cinema, divulgado semanalmente na seção *Cinema Recreio*, ou os pedidos pela construção de estradas que facilitariam o contato da cidade com seus distritos e outros municípios. O que podemos identificar na coluna *Fitas orçamentarias*.

Já é tempo de procurarmos melhorar as vias publicas do nosso município, pois que, as que temos, são péssimas na sua totalidade, não se prestando, nem siquer, para serem transitadas por carros de boi.

No século do automovel, não se concebe que, em um município do Estado de São Paulo, semelhantes estradas sejam conservadas sem protestos da população. (*Fitas orçamentarias*. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916, p.1)

E o que concerne ao *município*?

Com a maioridade, Plínio Salgado, passou a atuar na vida política de São Bento do Sapucaí, convivendo com outras autoridades políticas da região. Conforme sua filha:

A preocupação com a situação do Brasil continuava. Com esse pensamento arraigando-se cada vez mais em seu espírito, Plínio Salgado mergulhou, com afinco, no estudo dos problemas brasileiros, através da leitura dos livros de Alberto Torres, Oliveira Viana, Faria Brito e muitos outros. Essa circunstância despertou-lhe o interesse pela militância política. Tendo atingido a maioridade, alistou-se como eleitor e resolveu participar da política municipal. (Loureiro, 2001, p. 104).

Porém, segundo Maria Amélia, Plínio Salgado teria vivido uma decepção com a política local em uma eleição. Vejamos mais um trecho da biografia:

Mas Plínio na militância política, verificou, desde logo, muitos erros de ordem geral, o que o levou a rever vários conceitos. O que o decidiu, porém, a romper com a velha política, a gota que transbordou a água do copo foi um fato pitoresco que ocorreu na última eleição havida em São Bento. O voto era a descoberto e os diversos distritos do município mandavam seus representantes para votar em nome dos eleitores elencados em longas listas previamente compostas. A votação ocorria na Câmara Municipal. Em dado momento foi chamado o representante do bairro do Rio Preto, Antônio Morais, filho do chefe político da localidade, Sebastião Morais que, por enfermidade, deixara de comparecer, designando o filho como substituto. O escrivão começou a leitura dos nomes dos eleitores de Rio Preto para que Antônio

confirmasse o voto. E então aconteceu o desastre. Em cada três ou quatro nomes pronunciados, o representante do bairro gritava alto e bom som: "Já morreu..." pondo a nu o velho costume de dar aos mortos a faculdade de votar. O pai esquecera-se de industriá-lo sobre os truques usados na época... E, além dessas mazelas, avultava a necessidade de combater a ditadura do governo estadual, que sufocava os municípios com a mão de ferro dos diretórios do partido situacionista. E Plínio resolveu, então, levantar-se contra a insensibilidade dos tempos políticos, relativamente às aspirações democráticas do livre pronunciamento eleitoral do povo brasileiro, fora dos habituais conchavos dos partidos estaduais dominantes. Por isso, em 1917, descontente com a atuação das agremiações políticas existentes fundou o Partido Municipalista, com Machado Coelho, Agostinho Ramos, Gama Rodrigues, Manuel Inácio Romeiro, Getúlio Evaristo dos Santos, Alfredo Granadeiro Guimarães e Joaquim Cortez Rennó Ferreira. (Loureiro, 2001, pp. 106-107)

Nesse trecho é possível perceber algumas angústias que permaneceram no pensamento de Plínio Salgado e, apareceram, em outros momentos, em suas obras literárias ou no *Manifesto de 1932*, tais como a denúncia ao voto aberto, a fraude eleitoral, o controle do Estado sob o município e a política como exercício dos interesses pessoais. Nas proposições do Partido Municipalista isso fica ainda mais evidente:

Do ponto de vista administrativo, a doutrina de Plínio era de conciliação dos interesses locais com os gerais do Estado. Se era certo que ninguém melhor do que os habitantes do Município conheciam as necessidades locais, assim como os homens dignos de governarem ali, pelo que a escolha dos dirigentes municipais não devia sofrer influências estranhas, que redundariam em fortalecimento político do Estado em detrimento da Nação, também era certo que havia planos gerais administrativos de uniformização técnica de execução de melhoramentos diversos. Dessa forma o município deveria ser autônomo, escolhendo os habitantes, livremente, os seus dirigentes; porém ao Estado caberia impor um assistente técnico em cada prefeitura, associando-se esses assistentes (que formariam uma carreira com direito a acesso por entrâncias) a uma Direção Geral. E Plínio pregava o seguinte, como fórmula geral para o Brasil, no tocante as relações da união com os Estados e destes com os municípios: centralização política e descentralização administrativa. As regras para a execução desses princípios seriam estabelecidas de acordo com os interesses nacional, estadual e municipal. (Loureiro, 2001, p. 107)

Em *O Estrangeiro*, Plínio Salgado reafirma posições ideológicas e, novamente, traz à tona o debate sobre a municipalidade e o coronelismo. Ao citar os interesses políticos do Major Feliciano nos deparamos com a denúncia do autor quanto à política como objeto de interesses pessoais e não coletivos, do povo:

O Estado era, assim, dividido em feudos com senhores barões mandantes de assassínios. O quinhão de justiça correspondia à soma dos títulos eleitorais. O júri abria as portas aos criminosos mais terríveis, se havia nisso interesse político. Ferviam revoltas inconfessáveis. Ninguém tinha coragem de abrir a boca. O ambiente propiciava a destruição da nacionalidade, porque tudo para o brasileiro e, especialmente para o paulista, se resumia numa questão de oportunidade e interesse. (SALGADO, 1972, p. 197)

Além da postura individualista, outros dois pontos que aparecem nesse trecho e que

foram igualmente combatidos já haviam sido denunciados por Plínio Salgado, em 1917, quando da fundação do Partido Municipalista em São Bento do Sapucaí: o controle político exercido sobre a população e o voto aberto. Em *O Estrangeiro*, ambos são reforçados em outros dois momentos. “Martiniano levava às urnas vinte e nove eleitores, cujos diplomas trazia na gaveta” (SALGADO, 1972, p. 38).

E:

O Major Feliciano aparteava as suas arengas:

- Sem voto secreto e eleições verdadeiras, nada se pode fazer

Juvêncio respondia:

- Adivinhemos a Pátria. (SALGADO, 1972, p. 102)

Nas páginas do *Correio de São Bento* podemos corroborar muito do que foi descrito pela filha de Plínio Salgado ou, que mais tarde, aparecem em suas obras. Comecemos por uma coluna que data do dia 04 de junho de 1916, denominada *Olygarchia Paulista*, onde os representantes dos diretórios do interior do Estado são convocados para eleger os nomes dos futuros dirigentes do partido. O primeiro aspecto diz respeito ao voto aberto, denunciado nesse trecho:

Nessas reuniões, onde os nossos representantes comparecem enfarpelados e lusidios, com ares de quem vae resolver um grave problema, tudo já está resolvido antecipadamente.

Os nomes dos membros que devem compôr a comissão directora do partido são previamente escolhidos nos bastidores da política e os representantes districtaes vão alli apenas receber ordens, votar em chapas impressas e só entregues no momento da chamada.

E assim elles voltam para os seus districtos, convictos de que cumpriram um alto dever cívico, quando em verdade, só foram contribuir mais ainda, para o cerceamento dos direitos dos cidadãos que nelles depositaram confiança, nomeando os seus representantes municipaes. (*Olygarchia Paulista. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 04 jun. 1916, p.1)

O voto aberto feria o princípio democrático há muito estabelecido e oprimia o povo.

Como segue:

Isto, aliás, é de um efeito maravilhoso para os que não conhecem o modo pelo qual é feita essa eleição e que acreditam ainda na formula republicana proclamada pelos paladinos da liberdade, que sonhavam um governo “do povo para o povo”. Hoje essa formula foi substituida pela palavra “hegemonia” que no diccionario da política não é mais que um euphemismo, da olygarchia, que ha mais de 20 annos, vem opprimindo o povo paulista. (*Olygarchia Paulista. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 04 jun. 1916, p.1)

Essa “hegemonia”, aqui explicada pela manutenção da oligarquia no poder por mais de 20 anos, era exercida pela Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista que, de fato controlava o poder, como identificamos a posteriori no trecho:

Ademais, é natural essa submissão dos nossos representantes, diante da prepotência da

comissão directora, cujo poder discricionario abrange todas as camadas sociaes e influí nos mais comesinhos actos da administração publica.

E é essa comissão que governa o Estado porque o presidente e seus secretarios são a ella subordinados e nada fazem sem o seu assentimento. Distribue as cadeiras do congresso legislativo, faz as nomeações para a mais alta corporação judiciaria do Estado, designa os candidatos para os empregos públicos, faz propostas para as nomeações das auctoridades policiaes, juízes, professores e a sua influencia chega até mesmo nos quarteis, onde, por interesses partidários, altera a disciplina que tem sido o mais bello apanagio do nosso soldado. (Olygarchia Paulista. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 04 jun. 1916, p.1)

Essa política em nada favorecia o município, submetido aos desígnios do partido e, muitas vezes sem representatividade:

E é ainda por esse mesmo processo que a Comissão designa os representantes do Congresso, fazendo recahir a sua escolha entre os moços inexperientes, mas de alta estirpe, que alli vão preterir direitos políticos encanecidos no serviço do Estado.

Não é, pois, de se estranhar, que a nossa vizinha Pindamonhangaba, que possue um eleitorado pouco maior que o nosso, tenha representantes no Congresso, quanto nós, desde os memoraveis tempos de monarchia até hoje, não tenha tido, alli, uma voz, sequer que defende os nossos interesses.

O que leva a um total abandono do município pelo Estado, como queixam:

E é por isso, talvez que em S. Bento, tudo está por fazer, falta-nos estrada de ferro, falta-nos telegrapho, falta-nos exgottos, falta-nos agua e se temos luz electrica devemos a uma companhia mineira, que aqui veiu installar esse importante melhoramento. (Olygarchia Paulista. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 04 jun. 1916, p.1)

Os elementos associados ao *progresso* como: a estrada de ferro, o telégrafo, o esgoto, a luz elétrica, dependiam do governo do estado para serem implantados no município, se tornando um entrave aos anseios dos articuladores do projeto encontrado no *Correio de São Bento*. Tal fato, fica evidente quando da implantação da lei 77 de 1916. O município tornou obrigatório o ensino para crianças entre 7 a 12 anos, porém, o objetivo de alfabetizá-las esbarrou na falta de vagas, que dependia da edificação de novas escolas, tarefa essa que cabia ao estado.

Para eles, o *município* deveria ter uma maior autonomia em relação as políticas estaduais e nacionais. Acreditavam que somente aqueles que viviam nele poderiam identificar suas necessidades e criar políticas que fossem eficazes. Perdurando esse ideal como plataforma política para Plínio Salgado.

Na edição de 11 de junho de 1916, na coluna denominada Política Paulista, divulga-se o resultado da eleição, onde constatam os apontamentos da edição anterior. E tecem críticas ao candidato eleito, por ter sido em outro momento um *hermista*, se valendo agora do Partido Republicano Paulista para se manter no poder.

Chega-nos agora a lista dos novos eleitos e ao lado do nome impolluto de Albuquerque Lins, encontra-se o do sr. Rodolpho Miranda, o ex-chefe das hostes hermistas, que ha quatro annos, apenas, ameaçava-nos com uma intervenção militar, declarando cynica e desabridamente que a ridicula e malsinada bandeira do Partido Republicano Conservador tremularia no palacio do nosso governo, ainda que ensanguentada e furada pelas balas dos nossos heroicos soldados. (Politica Paulista. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 11 jun. 1916, p.1)

E complementa:

O que é facto, porém, é que o sr. Miranda é hoje um dos proceres da política paulista com a qual reconciliou-se, mas para nós ele será sempre um transfuga indelevelmente estigmatizado pelo ferrete ignominioso da trahição, o corneteiro-mór do maior inimigo que teve S. Paulo: – Marechal Hermes. (Politica Paulista. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 11 jun. 1916, p.1)

Ainda, nessa mesma edição, nos deparamos com um exemplo concreto da prática, exercida pela Comissão Diretora do Partido, de indicar ocupantes para cargos políticos.

Hoje, ás horas e lugar do costume, proceder-se-á a eleição para o preenchimento da vaga deixada no Senado Estadual pela renuncia do sr. dr. Cândido Rodrigues, ultimamente eleito vice-presidente do Estado.

A Comissão directora do Partido Republicano Paulista, indicou o sr. Joaquim Miguel Martins de Siqueira, para preenche-la. (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 11 jun. 1916, p.2)

Na edição de 02 de julho de 1916 encontramos, novamente, na coluna Fitas orçamentarias, a queixa referente ao abandono do município por parte do governo do estado:

Nós que com razão nos orgulhamos de ser paulistas – é forçoso dizer-o – pouco, ou quasi nada, devemos ao nosso Estado em materia de melhoramentos publicos, estando esquecidos, talvez, por falta de energia dos nossos dirigentes.

De vez em quando aparecem nas listas orçamentarias do Estado verbas que se destinam a melhoramentos publicos do nosso município, as quaes por um descaso revoltante e inexplicável cahem, quase sempre, em exercício findo. Verbas tem havido, como as que destinavam á rectificação do rio Sapucahy e a factura da estrada de rodagem que desta cidade vai á séde do distrito de paz de Candelária, que fizeram parte da lei de orçamento do Estado, por duas ou tres vezes, sem que, até hoje – decorridos cinco annos – esses serviços imprescindiveis estejam feitos. (Fitas orçamentarias. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916, p.1)

E, se perguntam:

Dilemma: ou o orçamento do Estado não passa de uma fita exhibida para inglez ver, e, neste caso acontece no Estado inteiro, o que nos sóe acontecer, ou então, o que é mais plausivel, não temos quem se interessa por nós, seriamente, no governo do Estado. (Fitas orçamentarias. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916, p.1)

O exposto até aqui, deixa evidente que, para o *Correio de São Bento*, a política realizada

pelo Estado não era benéfica ao *município*. Nas preposições do Partido Municipalista, Plínio Salgado, define que o ideal seria que este tivesse uma maior autonomia, podendo os moradores escolherem livremente seus candidatos. Para ele, deveria haver uma autonomia administrativa, porém, a manutenção de uma centralização política.

Não nos custa lembrar que a Câmara Municipal se articulava no e pelo impresso, que se declarava seu porta voz. Era por ele elogiada, cobrada, enaltecida e, suas realizações se ligavam aos interesses do mesmo. A relação entre o *Correio de São Bento* e a Câmara Municipal foi fundamental para garantir que, em muitos momentos, os projetos para alcançar o *progresso* fossem postos em prática. Logo, com um município autônomo a implantação das políticas públicas locais se tornaria facilmente realizável, pois não estaria mais à mercê do Estado.

Capítulo 3

Civilizar e educar: projeto do *Correio de São Bento*

Há muitos días rumíno,
Uma cousa na cachola;
Vamos ver o João Rufino,
De calça curta, na escola.
(Zé Courisco. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 1917)

No segundo capítulo foram apresentadas e debatidas categorias que consideramos recorrentes no *Correio de São Bento* e que, em outros momentos da vida e obra de Plínio Salgado, passaram a compor o repertório narrativo e político desse intelectual. No entanto, em razão da centralidade que a “questão educacional” adquire no escopo geral da presente pesquisa, optou-se em apresentar e analisar um conjunto de pressupostos relativo à temática da educação, desde as perspectivas adotadas pelo veículo de imprensa que Salgado liderou em São Bento do Sapucaí na segunda década do século XX.

Uma acepção moderna de “educação”, gerada no bojo do liberalismo europeu, em fins do século XIX, parte do princípio que se trata de uma ação madura sobre quem ainda não possui os fundamentos da vida social. Encontramos, por exemplo, em Durkheim o que segue:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1995, p. 32).

Para Gramsci, em uma perspectiva oposta, “a questão da educação é estendida ao tema da hegemonia e do papel fundamental de mediação desenvolvido pelos intelectuais” (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 232). O que torna fundamental avançarmos no sentido de delimitar, segundo Gramsci, hegemonia. Assim como, o papel de mediação que o intelectual desempenha. Cultura e hegemonia estão associados. Hegemonia e luta hegemônica são âmbitos categoriais para os quais transborda o conceito cultura e que ao seu contato ganham valor novo, próprio. Assim:

“Cultura” nos Q¹² é não apenas um tema muitíssimo amplo, com ramificações, adjetivações, especificações bastante variadas, mas também um conceito extremamente móvel e, por assim dizer, irrequieto, no sentido de que tende a transbordar para âmbitos categoriais diversos que, por outro lado, ao contato com ele, adquirem novo valor. [...] Trata-se de uma rede de conceitos que podemos atravessar tanto sincronicamente quanto diacronicamente, entre os quais destacamos aqui: hegemonia e luta hegemônica (do Q 1), tradutibilidade (do Q 4), reforma intelectual e moral, novo humanismo e religião laica (ambos desde o Q 3). (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 171)

Logo, qual o novo valor dado ao âmbito categorial estabelecido na relação cultura/hegemonia?

G.¹³ fala de hegemonia cultural a propósito, por exemplo, da Florença do Renascimento, que “exerce uma hegemonia cultural porque exerce uma hegemonia econômica” (Q 1, 73, 82). Poderia se observar que a hegemonia como “direção cultural e moral” (Q10 I, 7, 1224 [CC, 1, 293]) da sociedade e do Estado desempenha sempre uma dimensão cultural. Fato é que G. utiliza “cultura” tanto em sentido forte e central ou geral (e nesse sentido hegemonia e cultura são categorias associadas) quanto fraco e periférico, ou específico a âmbitos particulares e circunscritos do discurso, como quando fala, justamente, de uma peculiar hegemonia cultural. (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 172)

Enquanto, por luta hegemônica se entende:

Criar uma nova cultura, ou seja, uma “cultura superior” que determine a superação da tradicional “separação da cultura moderna e cultura popular ou *folklore*” (Q 1, 89, 90) e constitua “a forma moderna do laicismo tradicional que está na base do novo tipo de Estado” (Q 3, 31, 309), expressão política de “uma nova sociedade”: são esses os determinantes propriamente culturais da luta hegemônica. (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 172)

A luta hegemônica se dá no campo cultural, na busca pela hegemonia. Na tentativa de tornar o modelo cultural de uma camada social específica em um modelo superior, destituindo o *status quo* vigente. Nessa seara, o intelectual se torna um elemento fundamental, pois desempenha a função de mediador. Para Gramsci, o intelectual possui as funções organizativas e conectivas no processo de formação e transmissão da cultura.

[...] A cultura é definida como um “mundo”, uma “esfera”, um “campo”, uma “estrutura” de atividade realizada por “camadas” intelectuais, vale dizer por aquela “massa social que exerce funções organizativas” – para além do campo da cultura – também na “produção” e no “campo político-administrativo” (Q 1, 43, 37). A questão organizativa é central, seja porque é à luz desta que G. distingue a função dos intelectuais de outras funções profissionais e sociais, seja porque a G interessa a cultura como expressão prática, ou seja, estruturada e articulada, em suma, organizada ou organizadora da sociedade. (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 172)

Ao intelectual caberia a função de estruturar e articular tal cultura de forma prática. Mas

¹² Q, no Dicionário Gramsciano organizado por Voza e Liguori (2017), refere-se aos *Cadernos* que Gramsci escreveu no período em que foi encarcerado pelo fascismo italiano.

¹³ Os autores referem-se a Antonio Gramsci.

qual a relação que a cultura estabelece com a educação?

Para conquistá-la o intelectual lança mão de diversas instituições ou meios, sendo a escola apenas uma delas.

[...] G. aborda a questão escolar não de maneira abstrata, como temática pedagógica isolada, mas sim integrada à análise do “Estado integral” e da mediação exercida por uma pluralidade de agências educativas, da qual a escola é apenas uma parte, já que “a consciência da criança não é algo ‘individual’ (e muito menos individualizado)”, mas é “o reflexo da fração de sociedade civil da qual a criança participa, das relações sociais tais como se aninham na família, na vizinhança, na aldeia etc.” (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 245).

Para Gramsci, a transmissão da cultura se dá na escola, mas também no partido, na fábrica, na igreja e na imprensa, instâncias que Gramsci buscou compreender. E foi a partir desse referencial que escolhemos analisar Plínio Salgado, como um intelectual orgânico, ou seja, um produtor e transmissor da cultura e o *Correio de São Bento* como uma agência educativa, um espaço mediador. Logo, o objetivo é mapear a cultura organizada e transmitida pelo impresso, ou seja, pelo grupo de Plínio Salgado e a sua rede de colaboradores.

Para Plínio Salgado e seu grupo, São Bento do Sapucaí deveria alcançar o progresso que, inevitavelmente, passava pela educação. Não seria possível inserir o município nesse cenário se sua população não tivesse o mínimo necessário de civilidade¹⁴, ou seja, uma conduta moral e intelectual que a fizesse agir de forma a contribuir com bem-estar coletivo do município. A preocupação é recorrente no semanário, tal qual, por exemplo, indicamos a seguir, e que consta na edição 46:

Um dos grandes males que concorrem para o atraso da nossa terra, é esse que o dr. Genezio¹⁵ tem procurado combater, embora sem nenhum resultado. O illustre moço, já quando estudava na Academia de S. Paulo, notara que o nosso povo andou sempre mergulhado num atraso ante diluviano e idealizou doce chiméra de espancar a treva que pairava sobre S. Bento, erguendo alto e jorrante, o classico sol da instrucção. (M.V. Um dos males. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 mar. 1917, p.1)

O texto ganha ares românticos ao demonstrar o atraso que a ausência da instrução

¹⁴ O conceito está fundamentado em Elias (1994), que define civilização como “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo (...) resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’ (...) Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais.” (ELIAS, 1994, p. 23; grifos do autor). Defende-se, portanto, a tese segundo a qual Plínio e seu grupo de São Bento do Sapucaí, mobilizaram esforços em torno da causa civilizatória da cidade, núcleo considerado estratégico para o empreendimento cultural e educacional que passaram a defender por meio da imprensa periódica e de outros lugares institucionais.

¹⁵ Promotor público, advogado e cunhado de Plínio Salgado.

provocara em São Bento do Sapucaí, e o quanto sua viabilização significaria trazer luz à cidade. Luz, identificada com o progresso. Isso fica ainda mais claro quando, após relatar algumas tentativas infrutíferas do dr Genézio e de outros que comungavam com sua opinião, menciona:

[...] Agora, o dr. Genezio (sempre em cena em tudo que diz respeito ao nosso progresso intelectual) o dr. Genezio acaba de organizar um curso nocturno para adultos. A idéa é bôa. (M. V. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucayah, 25 mar. 1917, p.1)

Ou na edição de número 74, em uma coluna destinada a noticiar o falecimento do professor Antônio Leite Cortez (avô dos primos Plínio Salgado e Joaquim Rennó), na qual é enaltecido pela profissão e sua dedicação a ela, sendo retratado como combatente do analfabetismo e representante da civilidade, da moral e do progresso que transmitiu às gerações por ele educadas.

Na sua marcha inexorável e eterna, o Tempo impiedoso e cégo vae fazendo lentamente desaparecer para sempre toda essa geração que assistiu o evoluir da nossa terra, os ultimos velhinhos que representavam ainda na tristesa da sua decrepitude e na aureola da sua cans.(sic) toda a antiga sociedade que constituiu os primeiros (nucleos) civilisados destas bandas, todo o vigor, toda inicial vitalidade que hoje transborda irradiante por esta zona, na febre palpitante do progresso. Dia a dia vão desapparecendo na bruma do Passado os sobreviventes saudosos dos tempos em que S. Bento se formava e se erguia para a conquista do Futuro. (Professor Antônio Leite Cortez. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucayah, 18 nov. 1916, pp 1-2)

Na citação acima, não só é possível perceber o prestígio com o qual o *Correio de São Bento* descreve Antônio Leite Cortez, mas a associação da sua profissão com o progresso e, consequentemente, da sua atividade profissional às práticas civilizatórias. A relação, professor – intelectual – civilização, foi trabalhada analiticamente por Plínio, uma década depois, em 1928, ocasião em que lançou seu primeiro romance intitulado *O Estrangeiro*. Na obra, o personagem principal é o professor, que, ao final, se revela também o estrangeiro, nomeados, respectivamente, como Juvêncio e Ivã. Juvêncio é o professor, o intelectual, cuja história se dá na luta constante contra a influência estrangeira, em especial a italiana, na cultura brasileira. Defendia a tese da aculturação do estrangeiro pela educação nacional. Daí, sua tristeza ao constatar a situação das escolas públicas reunidas¹⁶ quando muitos preferiam as ‘Danti Alighieri’ (escolas destinadas aos filhos de imigrantes mantidas pelo governo italiano). Para o Juvêncio, “o

¹⁶ O autor faz referência a unidades escolares que, por decisão legal e oficial, articularam em si as escolas públicas isoladas, oriundas da legislação educacional do Império. Com o advento da República, novos formatos para as escolas primárias públicas foram institucionalizados, dentre elas as Escolas Reunidas e os Grupos Escolares. Informações adicionais, ver Souza (1998).

patriotismo enxertado magoava o professor, com desapontamentos, que o amarelavam. Nas Escolas Reunidas abriram-se claros; e o colégio da colônia prosperava.” (SALGADO, 1972, p. 72)

A escolha do professor para a tarefa da civilização está presente na produção literária posterior de Plínio, nomeadamente em *O Estrangeiro* (1928). É notório na narrativa o enaltecimento da função social do professor, em detrimento a outras atividades profissionais, corrompidas pelo materialismo, pelo individualismo e pela influência estrangeira. O professor era a rara exceção. Mas como se constitui esse professor? Qual sua verdadeira função? E como deveria exercê-la?

Nos primeiros capítulos, Juvêncio, já define a função desse professor: “- O mestre, disse num discurso de fim de ano, construirá a Nova Pátria e será a atalaia vigilante sobre a dominação estrangeira” (SALGADO, 1972, pp. 32-33). Precisamos ter em mente o fato de Plínio Salgado acreditar que seriam as gerações futuras as responsáveis pela constituição do homem novo, integral, munido do espírito nacional e responsável pela construção da Pátria. Mas, para que essas gerações chegassem ao ponto fixado por ele, teriam que ser preparadas e educadas sob essa base, inculcadas com esses elementos. Logo, o professor se torna uma importante ferramenta de transmissão da cultura. O que lhe concede prestígio.

Penso que estamos entre duas espadas, que nos apontam o caminho da decadência: o materialismo utilitário dos inconscientes e o ceticismo desnorteante dos intelectuais como você. Hei de levantar a legião luminosa de espírito virgem como as florestas. Novas Bandeiras, que fixarão os limites morais do país... (SALGADO, 1972, p. 198)

Em outro trecho, Juvêncio retoma a importância do professor e da escola.

Banindo do espírito as veleidades literárias, mergulhando na vida prosaica no Interior, ateou um novo fogo no seu coração. Ouviu o apelo do seu sangue e a voz da sua terra. Imaginou trabalhar - modesto mestre-escola -, pela criação da pátria integral, com sua consciência própria, sua aspiração, seu tipo definido. No burburinho de raças que torvelinhava à superfície da terra, a escola podia bem ser um centro de gravidade.” (SALGADO, 1972, p. 70).

Plínio Salgado deixa evidente que, em meio às raças existentes, a escola se torna um centro de gravidade, ou seja, atrai concepções diversas para uma única perspectiva. Evidencia, ainda, que não era possível ao professor, que se propõe criador da pátria, manter velhos hábitos. É preciso se reformular e, como Juvêncio, atender anseios que emanem do seu país, da sua terra. Traçar um objetivo e trabalhar para alcançá-lo.

A educação também estava associada ao projeto “um homem de bem”. Em uma coluna (1917) do *Correio de São Bento*, em que se noticia o assassinato de um morador da cidade pelo seu ex-sogro, o autor enaltece a figura do primeiro, que apenas desejava matricular seu filho no Grupo Escolar para que o mesmo tivesse um “futuro” e, para isso, teria que tirá-lo do convívio com o avô e trazê-lo para a cidade. O desejo tornava o avô mau; e a vítima boa:

[...] era Fernando da Costa Moura, individuo trabalhador, honesto e bom, de hábitos (...), muito conhecido nessa cidade.

[...] Fernando via nisso um grande mal para seu filho que cresceria analphabeto e ignorante, ali, naquella rude vida roceira, e, para lá foi com o firme intento de trazel-o para sua companhia e matriculal-o no Grupo Escolar desta cidade.

[...] e o Lotherio desapparecendo na treva daquelle noite trágica, como uma sombra do mal que se evolasse na larga estrada, depois de cumprir seus funestos designios. (Assassinato. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 19 nov. 1917, p. 3)

De outro lado, sinônimo de prestígio social, o que pode ser observado na coluna que noticia a morte de Antônio Leite Cortez, ou nas inúmeras passagens em que enaltece o professor e o intelectual. Outro exemplo pode ser percebido quando o jornal dedica um espaço para desejar os parabéns a Irene. Mesmo sendo essa a aniversariante, não deixaram de elevar a figura da mãe Anna Francisca.

Festeja depois de amanhã seu anniversario natalicio a intelligent senhorita Irene Esteves Salgado, filha da Exma. Snra. D. Anna Francisca Rennó Cortez, professora adjuncta do Grupo Escolar desta cidade e irmã do nosso companheiro de trabalho Plínio Salgado. Ás muitas felicitações que receberá, por certo, a graciosa Mlle. Irene, o <<Correio de São Bento> junta as suas que são efusivas e cordiaes. (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 14 jan. 1917, p. 3)

É importante esclarecer que tanto Antônio Leite quanto d. Anna Francisca eram membros da família de Plínio Salgado e Joaquim Rennó e, que algumas ponderações devem ser feitas, mas não se pode negar que foi por meio da educação formal que três gerações adquiriram sua sobrevivência, incluindo o próprio Plínio Salgado e, que no mínimo, trouxe visibilidade à família.

Porém, toda vez que se mencionava a saída ou chegada na cidade de um professor, o fato era enaltecido pelo jornal, afim de engrandecer a imagem do mestre-escola. Observe que até mesmo o cargo que ocupa aparece como título, acompanhando o habitual Sr. ou Sra.: “Viajou para S. Paulo, tendo já regressado a esta cidade, o sr. professor Malvino de Oliveira, zeloso director do nosso Grupo Escolar”. (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 14 jan. 1917, p. 3)

Se a educação ganha então todos esses predicativos e sinônimos, seria ela igual para todos? O impresso e o grupo que se articulava por ele e/ou por meio dele, destinava a todos os sambentistas a mesma cultura e os mesmos espaços para a obtenção do status educacional?

Duas passagens parecem responder essas questões. A primeira, está relacionada a criação do Gabinete de Leitura, idealizado por Genézio Cândido e articulado por meio do *Correio de São Bento*. Na primeira vez, se referia a ideia de organizá-lo, elaborar seus estatutos e divulgar aos participantes. “Dentro em breve serão distribuídos os convites para a assembléa de fundação, discussão e aprovação dos estatutos.” (Vida Intellectual. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 jun. 1916, p. 3), a fim de demonstrar a necessidade de haver um ponto de encontro para os intelectuais: “São inúmeras as adhesões que tem recebido a comissão, o que não é de extranhar, dada a necessidade de que há muito se vem, notando, nesta cidade, de um ponto onde convirjam os elementos intellectuaes...” (Vida Intellectual. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 jun. 1916, p. 3).

Os trechos apresentam que o Gabinete de Leitura não era destinado a qualquer sambentista. Havia, preliminarmente, a seleção de *elementos intellectuais*, ou seja, aqueles que estavam aptos a participar. A ideia era promover a cultura, porém não qualquer cultura: "...com o fim de proporcionar aos seus associados a leitura de jornaes, revistas e livros nacionais e estrangeiros; promover a comemoração das datas nacionaes e, sempre que seja possível, palestras literárias e scientificas." (Vida Intellectual. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 jun. 1916, p. 3).

A simples definição das atividades que seriam ali realizadas, deixa claro que, naturalmente, uma grande maioria analfabeta e que desconhecesse outra língua, jamais conseguiria ter acesso à vida cultural que o Gabinete entendia promover. Porém, fica ainda mais evidente quando se propõe à distribuição de convites aos protagonistas de suas deliberações. Na edição do dia 2 de julho de 1916, por exemplo, o jornal publicou na seção *Vida Intellectual* o que segue: “Por toda essa semana serão distribuídos os convites, às pessoas capazes de fazer parte do Gabinete...” (Vida Intellectual. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916, p. 3). Fato que comprova os objetivos excludentes da iniciativa, num chamamento às pessoas de formação intelectual elevada e, que obviamente, eram as que ocupam cargos públicos de destaque: delegado, vereador, professor, padre, promotor, jornalista etc. Intelectuais orgânicos,

responsáveis por organizar um modelo cultural que desejavam tornar hegemônico. A segunda passagem, se refere a seção *Cinema Recreio*, onde eram anunciados os filmes ou peças que seriam ali exibidas. O espaço, apesar de parecer público, também é seletivo quanto aos seus frequentadores. Exclui da participação aqueles que julgam não serem civilizados, que não estão aptos à frequentá-lo. E os distingue da chamada elite. Senão vejamos:

Hoje ninguém deixará de ir ao Cinema. O programma que para esta noitada se annuncia é dos melhores, podemos garantir, pois hontem assistimos á experiência. Além disso o nosso povo já se vae tornando mais civilizado e o pavilhão do Recreio tornou-se ultimamente o ponto predilecto das reuniões da nossa elite. A empreza resolveu, para evitar perturbação da ordem no recinto do pavilhão, vedar a entrada a quem julgar conveniente. (*Cinema Recreio. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy. 04 fev. 1917)

Ao povo sambentista era reservada a transmissão de uma cultura nivelada por baixo, voltada para educá-los para o mínimo à convivência em sociedade. Não que talvez se reduzisse apenas a isso, mas esse era o plano inicial, civilizá-los. E essa tarefa passava pela educação formal (escolar) e também pela educação moral e cívica. Abrangia questões como a higiene, a educação de adultos, a necessidade de educar as crianças, a preparação para a vida militar ou, ainda, a participação na vida pública.

O analfabetismo era considerado, pelos articulistas do jornal, um empecilho para o exercício da política, conforme segue:

Uma vez crescidos, quando não vão apprender a soletrar nos balcões, só se dedicam à diffícl arte de pintar o nome quando, com a idade legal se approxima a quadra promissora das eleições pleiteadas e dos biscates da cabala. E se algum dia tiverem de exercer algum cargo publico terá de traçar hierogliphos tetricos onde a boa vontade humana descontando a tremenda ridicularia da expressão, ainda nada (lhes) deixará em seu favôr. (*Ensino Obrigatorio. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 14 jan. 1917, p. 1).

É esse modelo cultural que tentamos identificar, saber quais eram suas pretensões e a quem destinava. Para tanto, o texto será organizado separando-se educação em duas categorias diferentes, mas que não estão desassociadas: *educação moral* e *educação escolar*. Como *educação moral* entendemos tudo que se refere a promover uma formação ligada à higiene, e ao civismo. Quanto a *educação escolar*, essa abrange um aspecto formal: legislação, escola, professor, conteúdo etc. e está ligada a formação intelectual. Comecemos pela educação moral.

Há no *Correio de São Bento* uma seção, assinada por Zé Corrisco, denominada *Musico-Hall*, como já mencionado no primeiro capítulo. Seu subtítulo era *castigat ridendo mores*, cuja tradução seria corrigir os costumes sorrendo. O subtítulo já é um indício

claro de que a finalidade é educar. Mas educar o que? Ou para que? Para a conduta moral, higiênica, civil e até para a formação intelectual por meio do humor, satirizando situações do dia a dia e mostrando que as mesmas não eram aceitas e nem tão pouco deviam ser propagadas. Ou, a usavam para enaltecer condutas exemplares.

O tenente Ramalho publicou no < Paraisópolis> um multiplo programma semanal para a instrucção do Tiro 440, constante de gymnastica, flexões de braços, pernas, saltos de esgrima, etc. etc. etc...

O tal tenente é damnado

(No) manejo militar:

Vae conseguir que um soldado

Á força de manejá,

Fique ereto, perfilado

C' o as pernas e os braços no ar! (ZÉ CORISCO. Music-Hall. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 13 jan. 1918, p.1)

Ou:

Um leitor veio reclamar contra o fedôr que exala o quintal do sr. João Gregorio, vulgarmente conhecido como <Coroné>.

Verifique seu prefeito(,)

Se na queixa houve má fé.

Se o quintal mesmo é que fêde

Ou se fede o "Coroné"

O leitor que isso me pede

Diz que o cheiro é de chulé

Que exhala, forte, da séde

Do quintal do "Coroné". (ZÉ CORISCO. Music-Hall. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 11 jun. 1916, p.4)

A seção se destina a educar para uma conduta moral, mas a citação acima vai além. Há uma preocupação com a higiene. Nessa edição, do dia 11 de junho de 1916, nos deparamos pela primeira vez com o tema, mas esse aparece em outras edições e chamava a atenção para inúmeros problemas que a falta dela ocasionava à cidade. Na edição de número 37, ao mencionar as chuvas e o calor do período, demonstra seus benefícios à população, mas também suas mazelas.

Mas esse mormaço dos dias de verão, se é um beijo de paz para as searas, é também um beijo de morte, batendo também nas placas esverdinhadas dos (pafies) fecundando o lado putrido dos chiqueiros, onde medram os microbios venenosos. É um perigo o tempo de calor para as populações como a nossas, estabelecidas nas bordas dos pequenos rios, nas proximidades das lagôas. (Hygiene. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 21 jan. 1917, p. 1)

Após o alerta à população, o texto faz menção às inúmeras mortes causadas pelos descuidos, e cita a febre tifoide como uma das principais consequências. Em seguida, pontua outros casos de imprudência da população:

Os fiscaes da hygiene têm bradado contra a criação de porcos dentro da cidade, contra a imundicie das setinas dos quintaes, contra a porcaria das aguas estagnadas nas proximidades das casas. (Hygiene. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 21 jan. 1917, p. 1)

Conclui mostrando a postura adotada pela Câmara Municipal e convoca a população para que cumpra com sua parcela de responsabilidade:

Sabemos que a Camara Municipal vae agir com energia para que a falta de asseio no nosso perímetro urbano não seja a causa de novas epidemias, caso essa ainda nos assaltem. Mas para que as energicas medidas da municipalidade produzam o desejado effeito, é preciso que o nosso povo saiba corresponder a sua bôa vontade e tome a serio a campanha em prol da Hygiene local. (Hygiene. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 21 jan. 1917, p. 1)

As medidas para combater a falta de higiene são tomadas pela Câmara Municipal e não por órgãos competentes. Assim como, é importante lembrar que o jornal é seu porta voz.

Na edição de 18 de março de 1917, o tifo é novamente retomado pelo jornal como uma doença a se combater. O *Correio de São Bento* faz uma reclamação ao abandono do governo federal quanto as providências que deveria tomar para manter a higiene local. Em resposta as publicações anteriores o dr. Braz Reale, médico residente em Itajubá, envia uma carta publicada no jornal.

O preventivo da febre typhoide é a vaccina anti-typhica. As medidas aconselhadas em artigo de fundo dessa folha, no numero 04 do corrente, são utilissimas, porem de importancia secundaria na prophylaxia da febre que tantas vidas preciosas tem ceifado em São Bento do Sapucahy. Cada sambentista previdente deve mandar vir, quanto antes, do Instituto Bacteriologico, de S. Paulo, ou do de Manguinhos, do Rio de Janeiro, dous tubosinhos de vaccina anti-typhica, sem esperar pelos soccorros officiaes, que sempre chegam como os famosos carabineiros de Offembach. (A Hygiene e o Thypho. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 18 mar. 1917, p. 1)

Na carta, o dr. Braz Reale corrobora a conduta de descaso do governo frente ao problema do tifo e pede aos sambentistas que tomem eles próprios a iniciativa de se imunizarem, encomendando as vacinas contra a doença diretamente dos Institutos Bacteriológicos, sendo a vacinação a medida mais eficaz contra a febre tifoide. Mas o que chama a atenção é o que vem nos textos publicados a seguir. O primeiro deles, logo abaixo da coluna *Hygiene e Typho*, faz menção a carta do Dr. Braz Reale e o enaltece por ter sido um médico atuante na luta contra o tifo, inclusive se dedicando ao tratamento e acompanhamento dos pacientes que, segundo o jornal, obtiveram sucesso. Seguem o conselho dado pelo médico, tomando a seguinte atitude:

Um dos nossos redactores, para facilitar esses meios preventivos, dirigiu-se á directoria de Hygiene pedindo a remessa de 100 tubos de vacinas, que, se formos atendidos, ficarão á disposição dos nossos assignantes. (A Hygiene e o Thypho. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 18 mar. 1917, p. 1)

Ao tomar a atitude de pedir as vacinas como aconselha o dr. Braz Reale, o jornal, representado por um dos seus redatores, se limita ao número de cem vacinas, sendo insuficiente à população de São Bento do Sapucaí. Porém, se o pedido de que mantenham a higiene, mesmo não sendo o suficiente para combater o tifo segundo o dr. Braz Reale, se dirige a todos, o mesmo não se dá em relação a vacina. A mesma se limita ao grupo que se articula em torno do jornal, aos assinantes. Na edição seguinte, publicada em 25 de março de 1917, mencionam o sucesso do jornal em conseguir a visita de um inspetor sanitário, assim como, a remessa de vacina.

Porém, se dirigem a população alertando a chegada do inspetor sanitário e pedem:

Fiquem pois avisados os nossos leitores. Este nosso aviso em nada prejudicará a acção do medico da Hygiene. O nosso desejo não foi mover perseguição a ninguém. O que desejamos é que quando aqui chegue o dr. Benigno, não haja um só quintal com porcos, ou sujos e fetidos. Deus queira que, com estas medidas e devido a iniciativa do CORREIO, não paguemos este anno o terrível tributo á febre typho. Todos devem agora ser vaccinados. Quem for vacinado não terá o typho. (Hygiene. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 mar. 1917, p.1)

O *Correio de São Bento* aqui se coloca como o ator principal na campanha de higienização e combate ao tifo e responsável pela saúde plena da população. Investe sua narrativa na manutenção da limpeza da cidade e protagoniza campanha pela vacinação. Há ainda o intuito de demonstrar que o *Correio de São Bento* se baseia em elementos notórios. Que as informações nele contidas são oriundas do conhecimento obtido por especialistas, por médicos: "Garantimos isso porque nos apoiamos no que dizem as maiores notabilidades medicas." (Hygiene, *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 mar. 1917, p.1), o que denota um caráter científico à narrativa.

Vários são os exemplos de interferência do jornal no combate a falta de higiene e na tentativa de mudar hábitos da população que traziam prejuízos a saúde e ao bem-estar coletivo, principalmente no perímetro urbano, onde hábitos geralmente associados à vida rural – como a criação de porcos – não deveriam conviver com hábitos urbanos, entendidos como civilizados.

Outro fator importante era a educação militar. A partir de 1917, várias foram as publicações que remetiam à Primeira Guerra Mundial e à participação do Brasil. Foi criada uma seção denominada *O Brasil na Guerra*, que, em geral, ocupava a primeira

página e, outras tantas colunas denominadas *Linha de Tiro*, assim como, propagandas dessas convocando a participação da população em suas cidades apareceram nas páginas do *Correio de São Bento*.

A finalidade não era apenas noticiar a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, ou trazer a público os últimos acontecimentos nas frentes de batalha na Europa, mas a reflexão sobre questões que se tornaram relevantes na conjuntura, tais como: o patriotismo, a militarização, o civismo, a participação e contribuição dos municípios na composição militar etc.

Em uma coluna do dia 14 de outubro de 1917 denominada *Linha de Tiro – um appello á mocidade sambentista*, esses elementos aparecem evidenciados. Em seu primeiro parágrafo, lê-se: “Um vivo sentimento de patriotismo tem-se irradiado ultimamente por todos os recantos do Brazil, pelos mais obscuros lugares por toda a parte que palpitam corações verdadeiramente brazileiros.” (*Linha de Tiro – um appello á mocidade sambentista. Correio de São Bento. São Bento do Sapucahy, 14 out 1917, p.1*).

O sentimento de amor à Pátria, presente no conteúdo do jornal, já existia entre seus membros, haja vista as comemorações cívico-nacionais organizadas pelo Gabinete de Leitura ou as que ganharam as páginas do impresso, teve seu potencial elevado com o conflito entre nações. Tal fato é explicado com o seguinte argumento:

Depois que a formidável conflagração européia poz em evidencia o perigo constante a que estão expostos os povos mais pacíficos, feridos – como a Belgica – na sua integridade e independencia pelos interesses obsecados do imperialismo das grandes potencias, a totalidade das nações do orbe viu claramente a necessidade inadiável de se collocar de promptidão para qualquer emmergia futura, até que os sonhadores da paz universal logrem a realização feliz desse intento, assegurando aos fracos os seus direitos. (*Linha de Tiro – um appello á mocidade sambentista. Correio de São Bento, São Bento do Sapucahy, 14 out 1917, p.1*)

A atitude imperialista não isentaria nenhuma nação, arrastando-as à guerra mesmo que não fosse o seu desejo que, priorizasse a paz, o que evidenciam com o exemplo da Bélgica. Logo, nenhum país poderia se manter inerte enquanto houvesse qualquer possível ameaça e, com o Brasil, não seria diferente. Era preciso estar preparado.

No parágrafo seguinte as atitudes tomadas pelo governo e, até por iniciativa da população, são descritas entusiasticamente. Coloca-se em voga o serviço militar obrigatório que, segundo o jornal, militarizaria uma população sempre ordeira e pacífica que, por intermédio de seus governadores, buscava garantir a paz no continente. Ao ato do governo, somava-se a formação dos tiros de guerra, do escotismo, atitudes que desenvolveriam nos aptos ao serviço militar, a ordem e a disciplina necessários à guerra

enquanto, nos mais novos, se estabelecia ainda a formação cívica e patriótica, desde a infância.

Porém, em São Bento do Sapucaí, o patriotismo e a militarização não encontraram muitos adeptos. Segundo o impresso:

Infelizmente em nossa terra natal todos esses factos têm ecoado no meio de uma indifferença de cadaveres. Na immobildade (tumular) do nosso meio reduzido a uma aglomeração aldeã de commentadores da vida alheia, onde vive uma mocidade impassível a todos os estímulos, onde o fallar de cousas que não estejam ao nível dos futeis interesses particulares é um continuo bradar no deserto, onde aquelles que poderiam envidar esforços para a realização de ideais mais nobres enclausuram-se na neurasthenia irritadiça que é a consequencia de não serem ouvidos se não em assumptos chatos, nessa imobilidade de cadaveres as palavras patrióticas dos profetas da ressureição nacional têm chegado frias e incomprehensíveis, como todas as cousas que se despresam. (Linha de Tiro – um appello á mocidade sambentista. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 14 out 1917, p.1)

Sendo assim, conclamam a participação, principalmente dos mais novos na vida militar. E pede que esses enalteçam o município, levem ao conhecimento do restante da nação e até de outros países a cidade de São Bento do Sapucaí. E que essa contribua com o “reerguimento da grande Pátria!” (Linha de Tiro – um appello á mocidade sambentista. *Correio de São Bento*, São Bento Do Sapucahy, 14 out 1917, p.1). Termina com um apelo à mocidade sambentista, onde é possível perceber a importância da formação do Tiro de Guerra, não apenas para contribuir com a participação militar, mas porque constituía um importante agente educador.

O CORREIO DE S. BENTO, (...) esse apelo à mocidade da nossa terra, espera ver em breve organizada nesta cidade a linha de tiro, que não seria somente a escola da arte militar, mas a escola do civismo, da honra, da dignidade, do patriotismo, da coragem, da abnegação e da nobreza. (Linha de Tiro – um appello á mocidade sambentista. *Correio de São Bento*, São Bento Do Sapucahy, 14 out 1917, p.1)

A ideia de que era preciso educar os militares, não apenas para serem soldados, mas patriotas, terem honra, coragem, etc., reaparece em uma coluna de 1918, assinada por Paulo Simples. Para ele:

A maneira pela qual os nossos passados governos organizaram o exercito nacional concorreu efficazmente para a nossa repulsa pela farda. O soldado do nosso actual exercito nunca foi educado convenientemente. Formou-se a nossa Defesa com o que o Norte e o Sul do Brazil têm de mais safado: o rio-grandense desordeiro, o nortista pederasta, o catraeiro gatuno. Algumas guarnições eram recrutadas entre os habitantes do tenebroso bairro da Saúde, da Capital Federal. Nenhuma comprehensão dos deveres cívicos e moraes, nenhum sentimento de honra ou religião, de altivez e de brio. Os rapazes de boas famílias que alli conviviam sentiam-se mal e levavam a mais viva impressão do estagio desse meio. (SIMPLES, Paulo. Os problemas nacionaes. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 13 jan. 1918, pp 2-3).

Além da preparação moral, o texto distingue claramente os rapazes de boa família daqueles que por viverem no bairro da Saúde, não tem uma formação baseada na religião, na honra, no civismo, na moral que, por classificação e definição geográfica, já não teriam condições de compor o exército e, ainda, causavam mal-estar entre aqueles oriundos de uma formação mais concisa, incluindo a familiar. Para o autor, não teriam condições de defender a Pátria, pelo contrário, se forem estimulados por alguém desordeiro se voltariam contra o governo e cita o exemplo da revolta de João Cândido (Revolta da Chibata). Ou seja, poderiam se tornar insubordinados, desacatando a autoridade oficialmente constituída.

A solução estaria em duas medidas que caberia ao governo tomar: “1º - Extinguir o Sorteio Militar 2º - Obrigar todo o cidadão na idade de serviço, a prestar-o ou nas Linhas de Tiro ou nas fileiras do Exército indistincta e amplamente sem necessidade de sorteio.” (SIMPLES, Paulo. Os problemas nacionais. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 13 jan. 1918, pp 2-3). Com isso, o governo garantiria a formação adequada para o serviço militar e, segundo Paulo Simples, de forma eficaz e econômica. No entanto, não podemos esquecer, como vimos na citação do trecho da coluna *Music-Hall* de 13 de janeiro de 1918 que a função do Tiro de Guerra era uma educação cívico-moral, patriótica, mas também uma preparação do corpo. O Tiro 440 tinha um programa semanal muito bem formulado e, para alcançar tal objetivo, compunha-se de ginástica, flexões de braço, pernas, saltos de esgrima. Era possível, por meio dos Tiros de Guerra, do Exército ou das associações de escoteiros, formar para o presente e para as gerações futuras, os soldados completos, desde o físico à conduta.

E quanto a educação formal?

A preocupação com a *instrução pública*, assim denominada por Plínio Salgado, já estava presente nas gerações que o antecederam, seja pela preocupação que os seus ascendentes despendiam na formação familiar, ou por encontrar, na mesma, sua fonte de sobrevivência e prestígio social. Logo, é importante retomarmos a trajetória histórica de sua família, anos antes de seu próprio nascimento. A relação com a educação formal esteve presente em sua família desde seu avô materno, Antônio Leite Cortez, conforme passagem do jornal do ano de 1917:

O prof. Antonio Leite Cortez era natural de Taubaté, onde fez o curso de Humanidades. Matriculado já no curso de Philosophy e destinado por sua família à carreira sacerdotal, o moço estudante viu que sua vocação não o chamava para esse lado e para aqui se dirigiu em 1852, tomando posse da primeira cadeira criada na então freguesia de S. Bento. (Professor Antonio Leite Cortez. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 18 nov. 1917, pp 1-2)

Ao se apaixonar por Matilde Sofia Rennó, decidiu abandonar o sacerdócio e se casar com ela:

O professor Cortez continuou com sua escola primária masculina e d. Matilde, para aumentar os recursos do casal, abriu também uma escola feminina. Mas, ainda assim, as despesas domésticas ultrapassavam à receita. Antônio Leite Cortez, conseguiu, então, a nomeação para agente do correio, percebendo trinta mil réis por mês. (LOUREIRO, 2001, p. 11).

Observemos que a educação era a principal atividade econômica da família, mesmo Antônio Leite Cortez, se tornando agente do correio para obter rendimentos que suprisse as despesas, ela constituía uma fonte de renda essencial do casal. Isso se torna evidente quando da abertura de uma escola régia em São Bento do Sapucaí. Para exercer a docência pública novamente, a qual Antonio Leite Cortez havia abandonado, deveria prestar exame "de Palácio". Assim como, Matilde Sofia, para conseguir lecionar.

O casal já tinha três filhos, quando foi criada uma escola régia na cidade. Era preciso fazer exame "de Palácio", em São Paulo. Antônio Leite Cortez partiu a cavalo, pois não havia ainda estrada de ferro e, em cinco dias, foi nomeado. Mais tarde, Matilde Sofia, submeteu-se aos mesmo exames e obteve também uma cadeira feminina. As filhas já estavam ficando moças e ajudavam-na a ensinar. Daí a vocação que levou a mãe de Plínio Salgado, Ana Francisca, a seguir mais tarde para São Paulo a fim de cursar a Escola Normal. (LOUREIRO, 2001, p. 11).

Não se pode afirmar categoricamente que o exercício da docência se dava, exclusivo, pelo valor financeiro. Porém, não se pode descartar a relevância que o exercício de mestre-escola adquiriu no seio daquela família. Afinal, para uma cidade do interior de São Paulo, nos decênios finais do século XIX – que vivia, basicamente, da policultura -, a educação formal, talvez fosse, uma das poucas atividades dissonantes e intelectualizadas que poderiam absorver alguém como Antônio Lopes Cortez que, à época, conquistara uma formação de difícil acesso:

O dr. Rennó sempre se deu bem com o professor Antônio Leite Cortez, com quem tinha muita afinidade, principalmente no campo intelectual, pois o genro, tal como ele, cultuava as letras latinas, sendo um dos homens mais interessantes de seu tempo, em São Bento do Sapucaí. Com mais de oitenta anos, o professor Cortez montava a cavalo, conversava animadamente, recitava trechos enormes em latim, versado como era em Horácio, Virgílio e Juvenal. Gostava de discorrer sobre as coisas do Primeiro Império e de descrever, através dos episódios da época, os costumes a indumentária, o mobiliário daquele tempo. (LOUREIRO, 2001, p. 16).

O Correio de São Bento também menciona o respeito que conquistou Antonio Leite Cortez na cidade:

Logo nos primeiros tempos de sua estadia nesta localidade, Antonio Leite Cortez constituiu uma figura de destaque sendo aqui o rapaz mais illustrado e intelligente, motivo pelo qual angariou logo as sympathias dos intellectuaes dos intellectuaes da pequena povoação, que eram o abastado comerciante Manuel Esteves da Costa, o dr. João Rennó de França e o Padre Pedro Nolasco Cesar. (Professor Antonio Leite Cortez. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 18 nov. 1917, pp 1-2).

A mesma situação se dá com Matilde Sofia, filha de Johan Rennow, um alemão de educação francesa que, ao chegar ao Brasil, por volta de 1817, passou a ser conhecido por João Rennó de França, tendo seus primeiros nomes abrasileirados e, a incorporação do “de França” (supostamente por ter tido uma educação francesa ou, alguns alegavam, por ter vivido na França, o que não se sabe ao certo devido a postura reservada do mesmo). Formado em medicina na Alemanha, acabou por estabelecer-se em Curitiba onde casou-se com Ana Francisca e tiveram seus filhos. Aos homens, destinou as funções agrícola e comercial e, às mulheres, o conhecimento, o que possibilitou, a Matilde Sofia, uma educação diferenciada, oriunda do seu próprio pai. Educação essa que não pode ser tratada de forma minimalista e a permitiu lecionar ao lado do marido.

O dr. Rennó transmitiu alguma instrução às filhas e apenas rudimentos indispensáveis aos filhos, os quais, ele pretendia se encaminhassem na lavoura e no comércio, entendendo que o Brasil durante largo tempo precisaria mais de agricultores e negociantes do que de doutores. Quando vieram os netos, principalmente os filhos de suas filhas, a estes já incutiu o gosto pelas ciências e letras. (LOUREIRO, 2001, p. 14).

Pela leitura do texto é possível não só corroborar o fato mencionado no parágrafo anterior, como perceber que, o então avô João Rennó, foi ainda mais incisivo na educação dos netos. Para com esses, estabeleceu uma rotina de aprendizado contendo: o conteúdo a ser ministrado e uma metodologia:

Em São Bento, o dr. Rennó entregou-se à educação dos netos, dentre eles a mãe de Plínio Salgado, Ana Francisca, já com dez anos de idade. Apaixonado pela natureza brasileira, levantava-se ao romper da aurora e batia à porta dos netos, exclamando, conforme se lembrava Ana Francisca: “Crianças! Os pássaros inocentes já estão cantando em louvor ao Senhor. Nós também precisamos estar de pé para contemplarmos, ao amanhecer, as maravilhas de Deus!” Os netinhos levantavam-se e ele os levava pelos campos orvalhados, fazendo-os praticar ginástica; depois lhe dava, ao ar livre, lições de geografia, como um verdadeiro precursor da “escola ativa”. De volta à casa, ainda de manhã, os netos estudavam com ele lições de história sagrada e profana, aritmética, português e francês. Só mais tarde quando tivessem mais idade, aprenderiam o alemão, dizia o dr. Rennó. Por que seria? Essa resolução não impedia que os netos aprendessem com ele adágios em alemão, entre os quais Ana Francisca lembrava-se de um, que transmitiu aos filhos, e do qual só a primeira frase, em alemão, ficara-lhe na memória:

Morgen, morgen, aber nicht heute..

mas cujas estrofes completas Ana Francisca recitava em português:

*Amanhã, amanhã, porém não hoje,
sempre fala o preguiçoso.*

*Hoje eu vou descansar.
Amanhã plantarei
um grande pomar... (LOUREIRO, 2001, pp. 14-15).*

Nas estrofes do poema acima, a preguiça é alvo de escárnio. Para além de conteúdos científicos, o dr. João Rennó, transmitia valores aos netos. Valores que não se perderam e foram passados às gerações futuras, sendo a de Plínio Salgado representante de uma delas. No entanto, como médico, além dos valores morais, os hábitos saudáveis também constituíam uma preocupação e eram sempre lembrados:

E o dr. Rennó possuía, também, conceitos singelos para a prevenção de doenças. E dizia: “Para se ter boa saúde é preciso manter os pé quentes, a cabeça fresca e o ventre livre”. E numa época em que se encarapuçavam as crianças até o nariz, mesmo nos dias quentes, o dr. Rennó arrancava as toucas dos netos, deixando-os com a cabeça descoberta, para grande escândalo das mães sambentistas. (LOUREIRO, 2001, p. 15).

A família de Plínio Salgado, por no mínimo três gerações, incluindo-o, foi educada sob a cultura trazida por seu bisavô, que não abriu mão de seus hábitos, como o falar alemão, por exemplo. Plínio Salgado, inclusive, manteve aos seus cuidados toda a biblioteca do bisavô, só perdida em 1937, quando da invasão de sua casa, durante o governo de Getúlio Vargas.

Dois pontos podem vir à baila com relação à Ana Francisca Rennó Cortez (mãe de Plínio Salgado). O primeiro, diz respeito a relação dos pais com a educação, o que a levou, desde jovem, junto às outras irmãs, a auxiliar a mãe no ofício do ensino. O segundo, reside na educação diferenciada que o avô lhes proporcionou, provavelmente não sendo o único, mas, certamente, essas foram de grande valia. Porém, não podemos afirmar, de forma determinista, que um, ou outro fator contribuiu para sua opção pelo magistério, mas seria total ingenuidade não os levar em consideração.

O ambiente cultural foi de suma importância para que tivesse consciência e conhecimento da sua escolha. Assim como, mais do que apoio, a família, lhe disponibilizou recursos para que pudesse se estabelecer em São Paulo e cursar a Escola Normal. Não nos é possível dizer se houve algum sacrifício por parte de seus pais em tal projeto, mas, havia uma valorização da profissão.

Um aspecto, sobre Ana Francisca Rennó Cortez, no entanto, não pode passar despercebido. Em três momentos na biografia de Maria Amélia Salgado Loureiro, a questão econômica aparece na sua relação com o magistério. O primeiro se dá quando, a irmã, Lídia, se torna viúva. Na promessa feita ao cunhado de encaminhá-la, Ana

Francisca, assegurou a formação da irmã no magistério e, esperou que se tornasse professora:

É que falecera um seu cunhado, Tristão José Ferreira, o qual na hora da morte pedira-lhe para olhar por sua mulher e filhos. Ana Francisca empreendeu, então, à sua custa, a tarefa de encaminhar a irmã, Lídia Cortez Rennó Ferreira, no magistério, só dando por terminado o seu encargo quando a viu diplomada e com cadeira de professora. (LOUREIRO, 2001, p. 21).

O segundo, quando do seu casamento com Francisco Esteves. O marido desejava que abandonasse o magistério, pois defendia ser sua função o provimento dos recursos.

D. Ana Francisca lecionava numa escola isolada¹⁷, na época de seu casamento. O marido pediu-lhe que deixasse o cargo, pois de agora em diante cabia-lhe o sustento dos dois. Mas a moça conseguiu, depois de instâncias e argumentações inteligentes, que Francisco Esteves consentisse que ela continuasse a lecionar, como professora pública. Alegava que a vida dos chefes políticos era sempre incerta e terminava quase invariavelmente na desventura e na pobreza e que, algum dia, não seria impossível que, para sustentar os filhos, tivesse de recorrer novamente ao trabalho. Se tal se desse, deixando ela um cargo público, com direito a aposentadoria e montepio, teria de volver ao trabalho muito mais penosamente, sem garantias sólidas. Tantas vezes argumentou e com tamanha clareza, que o marido concordou. E Ana Francisca continuou a lecionar, o que não a impediu de ser uma boa dona de casa, dirigindo os empregados, presidindo aos jantares, dando recepções locais, recebendo hóspedes, cuidando da roupa do marido e achando ainda tempo para ser sua secretária. (LOUREIRO, 2001, p.23).

O terceiro, quando Plínio Salgado assume a função de educar os meninos, enquanto a mãe se dedicava à educação das meninas, após a morte do pai, contribuindo para aumentar os recursos necessários para as despesas. Logo, o fator econômico não pode ser desprezado e se torna um elemento importante.

Já a formação do pai de Plínio Salgado, Francisco das Chagas Esteves Salgado, não foi muito discrepante. Quando nasceu, em São Bento do Sapucaí, seus pais, que naquele momento estavam apenas de passagem pela cidade, pois eram residentes em Caçapava, convidaram o então amigo de Manuel Esteves (pai de Francisco das Chagas), dr. João Rennó, para batizar o recém-nascido e se responsabilizar por sua criação:

Francisco das Chagas Esteves Salgado, pai de Plínio Salgado, nasceu em São Bento do Sapucaí no dia 7 de maio de 1851, muito pequeno e fraco, durante uma viagem que os pais fizeram à cidade por motivo dos negócios de Manuel Esteves. Como a mãe, d. Mariana, teve complicações de parto, o marido levou-o para a casa de seu grande amigo, dr. João Rennó de França, convidando-o para padrinho do menino e pedindo-lhe, ao mesmo tempo, que tomasse conta da criança, devido ao precário estado de saúde da mãe, e por que os ares da serra seriam benéficos para o pequenino, desde que ele, Manuel Esteves, deveria retornar, em breve, a

¹⁷ O termo refere-se à primeira organização da escola primária pública do período imperial. Informações detalhadas sobre tal tipologia institucional, conferir Souza (1998) e Cunha (2015).

Caçapava, onde morava. A criança ficou, então, aos cuidados de uma filha solteira do dr. Rennó, d. Anna, auxiliada pela outra, d. Matilde, que viria a ser, mais tarde, a sogra do menino que tantas vezes embalara. (LOUREIRO, 2001, p. 18).

Quando atingiu a idade escolar foi Antônio Leite Cortez, que mais tarde viria a ser seu sogro, seu primeiro professor, responsável por sua alfabetização.

Quando Francisco Esteves atingiu a idade escolar, foi aluno de primeiras letras do professor Antônio Leite Cortez, marido de d. Matilde, um mestre muito enérgico, mas não tanto como o professor Chico, terror dos meninos de 1860. (LOUREIRO, 2001, p. 18).

Por volta dos quinze anos, mudou-se para Caçapava, pois o pai queria que se tornasse comerciante. Mas com a falência do pai, decidiu se mudar para o Rio de Janeiro, onde cursou farmácia e tentou amealhar recursos para voltar a São Bento do Sapucaí, decidido a se fixar ali.

Francisco Esteves resolveu, então, partir para o Rio de Janeiro, a “tentar a vida”. Decidiu completar sua instrução, fazendo o curso de farmácia e obtendo os primeiros meios para se estabelecer em São Bento do Sapucaí, onde decidira morar, abrindo uma farmácia, por saber que a cidade não tinha nenhuma. (LOUREIRO, 2001, p. 18).

Portanto, é difícil acreditar que Francisco Esteves tenha recebido, ao menos até seus 15 anos, uma educação muito diferente da que recebeu Ana Francisca. Porém, isso não os impediu de serem divergentes. Na política, por exemplo,

A professora Ana Francisca tinha um caráter político muito acentuado. Sua família pertencera ao Partido Conservador, do Império, enquanto o marido era militante do Partido Liberal e, depois, do Republicano, ao qual aderiu, em grande parte, por motivos de parentesco – por via dos Cerqueira César – com Bento Quirino e Júlio de Mesquita. (LOUREIRO, 2001, pp. 23-24).

A casa do professor Antônio Cortez recebia muita gente, incluindo figuras ilustres da cidade como juízes, delegados e o vigário, que abrigava em sua casa Francisco Esteves que retornara à São Bento e passou a frequentar a casa dos Cortez, onde reencontrou Ana Francisca. Nesse ambiente ocorreram inúmeros sarais:

As filhas de Antônio Leite Cortez e d. Matilde Sofia Rennó, todas mocinhas – Cristina, Lídia, Andradina, Ana Francisca – e o filho Catulino, tocavam piano, flauta, violão e declamavam os poetas da moda, Casemiro de Abreu, Castro Alves, Fagundes Varela, Alvares de Azevedo, Gonçalves Dias. Ali se comentavam os romances em voga; ali se discutia a política do Império e depois da República; ali se cantavam modinhas brasileiras; ali se escutavam as novidades trazidas pelos doutores – juiz, delegado, promotor – ou pelos “cometas” (caixeiros-viajantes) que passavam pela cidade e para ali eram levados pelo juiz municipal. E foi ali que Francisco Esteves conheceu melhor Ana Francisca, consolidando suas simpatias recíprocas. (LOUREIRO, 2001, pp 19-20).

Francisco Esteves, já casado e então chefe político da localidade, manteve esses encontros em sua residência, recebendo pessoas oriundas da região ou até de outras cidades, como juízes, delegados, promotores, entre outros.

Foi nesse meio cultural que Plínio Salgado esteve imerso. Onde recebeu seus primeiros ensinamentos, valores e de onde tirou suas primeiras impressões do mundo. É inegável que era um ambiente diferenciado, independente das posturas ideológicas de seus pais e avós. Cresceu ouvindo histórias reais e fictícias, leituras de diversos poetas, de clássicos da literatura, ao som de músicas clássicas, em contato com diferentes pessoas, das mais humildes as mais ilustres, provenientes de diferentes regiões do estado, aprendeu francês, teve contato com o latim, entre tantos outros referenciais que poderiam ser citados.

A bagagem acumulada durante as gerações que precederam Plínio Salgado lhe proporcionou uma herança cultural que dificilmente seria alcançada apenas com a formação regular, ou ainda, em uma cidade como São Bento do Sapucaí, com parcos e raros recursos, devido a distância dos grandes centros urbanos e a dificuldade de alcançá-los.

Ao analisarmos a trajetória estudantil de Plínio Salgado, se tornará visível o quanto, muitas vezes, os recursos necessários para sua formação eram escassos. Porém, o cabedal cultural de sua família, somado a uma tradição educacional que incluía docentes, compensou essa ausência e permitiram sua formação inicial em sua cidade natal, até o momento de cursar o secundário, quando já não havia mais recursos disponíveis para dar continuidade aos seus estudos. Um exemplo é a presença do avô que,

Colaborando, sem intenção premeditada, com seus pais, o avô materno de Plínio, professor Antônio Leite Cortez, o único que ainda estava vivo, incutia-lhe o gosto pelos clássicos; ele os trazia de cor, latinos e vernáculos, e gostava de repetir ao neto os trechos de sua predileção. Plínio também muito aprendeu com ele de folclore e das tradições nacionais, notadamente dos tempos do Primeiro Império até a Maioridade, período histórico de que foi coeve. (LOUREIRO, 2001, p. 27).

No entanto, mais do que transmitir conhecimentos científicos, muito dos valores morais que levou para a vida, tais como o catolicismo ou o amor à Pátria, recebeu de sua família.

A mãe Ana Francisca, ensinou ao filho a rezar e incutiu nele o conhecimento de Deus. As histórias que contava não eram fantasias turbilhonantes de peripécias. Ela narrava o nascimento de Jesus, a perseguição de Herodes, a fuga para o Egito. A criança ficava profundamente

comovida. E não compreendia a razão porque os anjos de espadas flamejantes não matavam logo Herodes. A mãe explicava que assim era preciso que acontecesse, para que Jesus pudesse cumprir a sua penosa missão, salvando os homens como um homem comum, igual aos outros, a fim de que toda criatura humana pudesse seguir-lhe o exemplo.

Do pai, Plínio ouvia histórias de valentia, onde os heróis eram Felipe Camarão, Henrique Dias, general Osório, duque de Caxias, almirante Barroso e muitos outros. (LOUREIRO, 2001, p. 41).

Segundo Plínio Salgado, a fantasia e o mundo da imaginação, ficaram a cabo da pajem:

A pagem lhe contava cintilantes histórias de rainhas magnâimas, de princesas radiosas de formosura, de homens valentes e predestinados. Só mais tarde Plínio percebeu que era um pouco “desequilibrada”, sendo em tudo normal, porém com uma obsessão pelas coisas belas e boas. Em suas histórias havia sempre o Mal vencido pelo Bem, mas depois de longos trabalhos e sofrimentos. O predomínio da injustiça durante todo o tempo em que os bons sofriam à espera de um cavaleiro, de um pastor, de um mago providencial e salvador ou do milagre das boas fadas, ou da justiça tardia de um príncipe magnífico, revoltava o menino. Por que os bons tinham de sofrer? Por que sempre essa aparente vitória dos maus? (LOUREIRO, 2001, p. 40).

As primeiras manifestações do conhecimento das letras, percebidas pela mãe, se deram por volta dos quatro anos.

Nessa ocasião a mãe fez uma descoberta: Plínio já conhecia várias letras do alfabeto. Ficou maravilhada, pois sabia que ninguém havia ensinado nada ao menino. Mas não era bem assim. A criança pegava os cabeçalhos dos jornais e reproduzia os caracteres com os palitos de fósforo; em seguida chamava o pai para que dissesse que letras eram; ele dizia, o menino fixava o ensinamento e, assim, aprendeu várias letras. Resolveu-se, então, que dentro em breve ele começaria a estudar na cartilha. (LOUREIRO, 2001, pp. 40-41).

Mas logo em seguida,

E a família mudou-se para Candelária, então distrito do município de São Bento do Sapucaí e mais tarde transferido, por questões de limites, para o Estado de Minas Gerais. Era uma aldeia perdida na serra, com meia dúzia de casas e uma igreja. Ana Francisca conseguiu ser nomeada para uma cadeira feminina na escola aí existente. (LOUREIRO, 2001, p. 43).

Percebendo a curiosidade e o interesse que o filho vinha desenvolvendo,

Talvez por perceber tais sintomas, Ana Francisca, resolveu ensinar a criança a solfrejar e também a ler numa Cartilha da infância, de Tomaz Galhardo, que fora professor dela na Escola Normal. E com que sofreguidão o menino começou a estudar! É que desejava, o mais depressa possível, passar para a série de livros de leitura de Felisberto de Carvalho, que eram cheios de estampas coloridas e ele vira nas mãos de meninos maiores que eles. (LOUREIRO, 2001, p. 46).

Foi então que, nas suas leituras da cartilha, descobriu a “escola”. Porém,

Em Candelária não havia escola pública para meninos, mas apenas uma particular, do professor Cândido Mendes, funcionando em sua própria casa. Foi com um pouco de medo que Plínio lá entrou, muito pequenino, no meio de tantos alunos maiores que ele. O professor, nos intervalos da aula, levava-o para dentro de casa e lhe dava pratos de “arroz doce” para agradá-lo. Mas

Plínio era ainda muito criança e dava trabalho ao professor. Talvez por isso não se demorou mais de dez dias na escola. (LOUREIRO, 2001, p. 46).

Sua passagem súbita por ela lhe rendeu o consolo da mãe que, buscou compensá-lo.

A mãe, para consolar o menino, mandou comprar o *Primeiro livro de leitura*, de Felisberto de Carvalho. Foi rápida a passagem do aluno por ele e logo começou a ler o *Segundo livro*. Ficou encantado. O texto era entremeado de gravuras, lindas estampas coloridas. O livro descrevia sempre a natureza: a chuva, o sol após os aguaceiros, fazendo resplandecer mais vivamente o verde orvalhado dos campos; havia regatos cantantes, pássaros multicores, cenas agrícolas, episódios escolares. Após os livros de Felisberto de Carvalho, Plínio repassou os livros de Abílio César Borges e de João Kopcke. Mas nenhum jamais suplantou, para ele, em beleza e ternura, o Segundo livro de Felisberto de Carvalho. (LOUREIRO, 2001, p. 40).

Porém, os dois anos em que permaneceram na Candelária não permitiram a Plínio Salgado uma vivência escolar, uma educação regular. Nada além dos ensinamentos que a mãe lhe proporcionou, mas que não podem ser desprezados. Ou ainda, influências como a de seu primo.

A mãe começou a dar-lhe algumas lições de História do Brasil e de Geografia. Rudimentos muito simples e transmitidos em conversas, onde até o pêlo do gato “Rajado” servia para exemplificar golfos, cabos, istmos, lagos e ilhas. Nessa ocasião, pela primeira vez, Plínio ouviu uma poesia de verdade. Era o “Canto do Piaga”, de Gonçalves Dias, que estava no apêndice de uma História do Brasil. Na hora preguiçosa e quente da tarde, deitado de costas numa cama, os olhos fitos no retângulo da janela que se rasgava para um céu profundamente azul, o menino escutava o primo Quinzinho Rennó – que então morava em sua casa – ler em voz alta aquelas palavras, cujos ritmos o embalavam:

Ó guerreiros da taba sagrada!

Ó guerreiros da tribo tupi!

Falam deuses nos cantos do Piaga!

Ó guerreiros, meus cantos ouvi!

Esta noite ia a Iua já morta,

Anhangá me vedava sonhar,

Eis da horrível caverna que habita,

Rouca voz começou a chamar! (LOUREIRO, 2001, p. 52).

Ao retornarem a São Bento do Sapucaí, o pai de Plínio Salgado decidiu matriculá-lo na escola do avô, que a época lecionava em casa:

Um dia o coronel resolveu matricular Plínio na escola do avô. O menino havia passado um ano inteiro sem estudar coisa nenhuma. Sabia ler, porém não sabia escrever. Causou, no entanto, muita surpresa aos alunos maiores, que ainda liam a *Cartilha* ou o *Primeiro livro*, quando o avô pôs nas mãos do neto um *Terceiro livro*, que ele leu correntemente. Quanto às lições de caligrafia, o avô fazia translados, em letra que ele chamava “bastarda”, ocupando toda altura de uma linha a outra. A primeira frase que Plínio escreveu durante um mês inteiro, foi o pensamento de Marco Aurélio cristianizado, isto é, passado para a forma afirmativa. A proposição era a seguinte: “Façamos aos outros aquilo mesmo que queremos que eles nos façam”. À proporção que o menino aprimorava a caligrafia, penetrava também no sentido da frase, que o avô

explicava dizendo-lhe que não basta deixar de fazer aos outros as coisas que seriam desagradáveis se eles as fizessem a nós, porque essa forma de bondade, conquanto meritória, não produz frutos; o que se tornava necessário era ao mesmo tempo fazer-se aos semelhantes o bem que nos alegraria, se alguém a nós fizesse. (LOUREIRO, 2001, pp. 62-63).

Além do conhecimento científico, o avô também lhe incutia valores morais. Quando já desenvolvia a letra cursiva, um pouco de gramática, fazia contas de somar e subtrair e começava a decorar a tabuada, veio a aposentadoria do avô, depois de 52 anos de magistério

O prof Antonio Leite Cortez, que morre com 96 anos de idade, depois de prestar à causa pública cincoenta e tantos anos de trabalho fatigado e duro, foi um dos mais ardorosos batalhadores pela nossa grandeza moral, dando (cruento) combate á praga do analphabetismo. (Professor Antonio Leite Cortez. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 18 nov. 1917, pp 1-2).

E novamente Plínio Salgado se via sem professor:

Dias depois o pai levava Plínio, pela mão, à escola pública de Antônio Porfírio da Silva, conhecido na cidade por Tonico do Elídio. Esse Tonico do Elídio era uma das mais vivas inteligências locais. Professor, advogado, músico e regente da orquestra da matriz, político esperto, em tudo brilhava com sua fértil sagacidade.[...] (LOUREIRO, 2001, p. 63).

Tonico Elídio era um professor que lançava mão de diversos meios de estímulo, observe como se dava a organização da sala e seu método de ensino.

Na sala alinhavam-se as carteiras, hierarquicamente, pois os mais adiantados sentavam-se na frente e os mais atrasados na parte de trás. À proporção do adiantamento, iam uns tomando os lugares dos outros, numa eliminatória progressiva, acontecendo que uns desciam, outros subiam de categoria. Separada da fila de carteiras, havia uma longa mesa, onde estavam os mais adiantados, os que estudavam gramática, geografia, história, aritmética, de frações ordinárias para cima, e escreviam “ditados”. A esses cabia a honra de ensinar os seus colegas das carteiras: os mais adiantados da mesa ensinavam os mais adiantados das carteiras e os mais atrasados lecionavam aos mais atrasados. Porque na própria mesa havia uma organização hierárquica: também se conquistavam postos e se desbancavam colegas, desde a ponta dos bancos do fundo da sala, até a outra extremidade, próxima da mesa do professor; aos sábados realizavam-se as grandes disputas, em sabatinas puxadas, com recíprocas arguições. Além do direito que se tinha de brandir a palmatória, infligindo “bolos” ao adversário que levava o “quináu”, marcavam-se pontos que influíam na colocação da mesa. (LOUREIRO, 2001, p. 64).

Novamente Plínio Salgado se destaca dos demais e muito pode ser creditado a sua formação familiar. No aprendizado que recebia da mãe por exemplo.

Causou verdadeiro pasmo aos alunos quando Plínio, com apenas oito anos de idade foi colocado pelo mestre na mesa e não nas carteiras. E, na própria mesa, seu lugar já era bem adiantado. O

menino começou a estudar com grande afinco, espicaçado pela emulação. Devorara a gramática e a geografia, empenhava-se a sério na aritmética e quanto à História do Brasil, as lições que a mãe lhe dava em casa possibilitavam-lhe grande superioridade entre os colegas. (LOUREIRO, 2001, p. 64).

Segundo Maria Amélia Loureiro, foi nessa época, por volta dos oito anos, que Plínio Salgado, começou a desenvolver interesse pelo jornalismo, função que exerceria mais tarde. Sua primeira experiência foi a confecção de um jornal pequeno e manuscrito, que circulava apenas entre seus parentes e os garotos vizinhos. No entanto, o professor Tonico, foi transferido para São José dos Campos devido a sua posição política. À época, São Bento do Sapucaí possuía dois partidos oposicionistas, o partido dos jagunços e o partido dos botões. Quando os “jagunços” subiram ao poder, sendo o professor membro do “partido dos botões”, decidiram por transferi-lo.

Plínio Salgado ficava novamente sem uma educação regular. Enquanto esperava para que a cadeira de professor fosse ocupada, seu pai o matriculou na “Escola Paroquial”, onde lecionavam Randolfo César e o padre Felipe Gavetosa. Mas esse último mudou-se para a Itália e a “Escola Paroquial” foi fechada. Recorre-se novamente ao ensino domiciliar:

[...] Não tendo, pois, com quem estudar, a mãe resolveu dar-lhe aulas de francês, História e aritmética, enquanto o primo Higino, irmão de Quinzinho, que tinha curso secundário completo e estava desempregado, lecionava, para ele e a irmã Irene, português, geografia e alguns rudimentos de inglês. Plínio deve a esse seu primo uma iniciativa que foi fecunda em sua idade: o professor mandava seus alunos escreverem, diariamente uma descrição, uma composição sobre tema que lhes dava de véspera. Ele e a irmã Irene tiveram, então, um desenvolvimento extraordinário em matéria de redação. O estilo deles melhorava dia a dia, adquirindo vocabulário, tonalidades, expressões e certa graça. Determinada manhã, Plínio resolveu fazer a descrição pedida em versos. Sem jamais ter tido o menor conhecimento de metrificação, desconhecendo por completo o segredo dos ritmos e das rimas, escolheu o tema, que era “O amanhecer”, e desenvolveu-o numa poesia cuja primeira estrofe guardou na memória:

Vai rompendo a madrugada!

Já desperta a passarada

e o sol começa a nascer!

As estrelas se apagando,

parece que vão voando

para nunca mais nos ver! (LOUREIRO, 2001, p. 66).

Suas primeiras poesias levaram a mãe a lhe mostrar poetas brasileiros. “[...] A mãe do menino entusiasmou-se e começou a conversar com o filho sobre os grandes poetas brasileiros, Castro Alves, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, Gonçalves Dias, fazendo-o interessar-se pela vida luminosa desses cantores da Pátria. [...]” (LOUREIRO, 2001, p. 67). Também começava a demonstrar interesse pela literatura.

A sua cultura literária, nesse tempo, já se tinha iniciado com os livros do abade

Schimdt, *Os ovos da Páscoa*, A rola, Henrique d'Eichtfields, *O cestinho de flores*, a imortal obra de Swift, *Viagens de Guliver*; toda coleção de contos de fada e histórias da carochinha, contos de almanaque, narrativas das “seletas” e “antologias” e um romance de Xavier de Montepin, *Os milhões do criminoso*, que ele acompanhou pelo folhetim do *Correio Paulistano*. (LOUREIRO, 2001, p. 67).

Finalmente, a cadeira de professor, antes ocupada pelo professor Tonico do Elídio, foi entregue ao professor João Galvão de França Rangel e Plínio voltou a frequentar a escola:

Ali aproveitou bastante. Consolidou seus conhecimentos de aritmética, de geografia, de História do Brasil. Iniciou-se nos rudimentos de gramática elementar, de botânica, de zoologia. Acabaram-se as descrições propostas pelo primo Higino em seu ensino, porém aprimorou-se no ditado e deu seus primeiros passos na sintaxe. [...] (LOUREIRO, 2001, p. 67).

Mas ao terminar o ensino primário, deixou São Bento do Sapucaí e se dirigiu a Pouso Alegre, para cursar o ensino secundário.

Plínio a essa época, já terminara o seu tumultuado curso primário, decorrido em sucessivas escolas. A mãe para que ele não se atrasasse, começou a ensinar-lhe matéria do curso secundário. Até que, finalmente, veio para São Bento o professor José Maria Calazans Nogueira, que fundou o externato São José. Não chegava a ser um curso secundário completo, mas o ensino nele ministrado já transcendia o primeiro grau. Plínio foi matriculado no estabelecimento. Quase no final do ano, o professor Calazans procurou o coronel Francisco Esteves e participou-lhe que nada mais poderia fazer por Plínio. E aconselhou o coronel a matrículá-lo no Ginásio Diocesano de Pouso Alegre, Minas, pois, afirmou, “seria uma pena perder-se tão brilhante inteligência”. Francisco Esteves concordou com a argumentação e escreveu ao colégio recomendado, pedindo instruções para a matrícula e o que mais se fizesse necessário. Logo veio a resposta da direção, com o programa oficial da escola, os regulamentos, a lista do enxoval e o preço da anuidade. E ficou combinado que Plínio partiria tão logo o ano letivo se iniciasse. (LOUREIRO, 2001, p. 90).

No Colégio São José destacou-se como aluno sendo condecorado com diversas medalhas e recuperou o gosto pela escrita. Porém, em 1911, então com dezesseis anos, seu pai faleceu, o que o obrigou a retornar para São Bento do Sapucaí e, auxiliar a mãe com as despesas da casa e a criação dos irmãos. Foi nesse momento que se tornou professor:

[...] Por isso, com a aprovação de Plínio, transformou mais um cômodo da casa em sala de aula e inaugurou uma escola para meninos, confiando-a ao filho mais velho. Assim os proventos seriam maiores. E entre os alunos de Plínio, nessa época, destacou-se Antônio Morais, mais tarde bispo de Niterói, que se notabilizou como grande orador sacro. (LOUREIRO, 2001, p. 94).

Mas aos “[...] dezoito anos, resolveu exercer as funções de agrimensor “ad hoc”, de vez que se abriam muitas fazendas na região, retalhando-se as encostas da serra da

Mantiqueira, trabalhando também, como topógrafo judicial" (LOUREIRO, 2001, p. 94). No entanto, ainda exerceia a função de inspetor escolar no município.

Em 1913, cumprindo uma promessa feita ao pai de Plínio Salgado, o Senador Dino Bueno decidiu se responsabilizar por sua educação, abrigando-o em sua residência. Desejando cursar Direito, teria de terminar seus estudos interrompidos pela morte do pai:

[...] Por uma lei de 1900, quem cursasse os seis anos de ginásio obteria o título de bacharel em Ciências e Letras e se tornaria apto a matricular-se em qualquer curso superior. Por força, ainda daquela lei, os "que quiserem bacharelar-se e por isso for-lhes facultativo o estudo das disciplinas marcadas no respectivo regulamento, terão direito à matrícula nos cursos superiores da República, mediante certificado de aprovação em todas as matérias do sexto ano".

Plínio, que não pudera concluir o curso secundário em Pouso Alegre, faltando-lhe quase ano e meio para tal, vindo a São Paulo com Dino Bueno, optou por essa última alternativa, matriculando-se num curso especializado, ministrado na própria Faculdade do Largo de São Francisco, afim de obter o certificado de aprovação necessário ao ingresso no curso regular (...). (LOUREIRO, 2001, pp. 97-98).

Em 1914, com a Primeira Guerra Mundial, novamente sua mãe se viu em dificuldades e pediu ao filho que retornasse para contribuir com o sustento da casa. A vida escolar e acadêmica de Plínio Salgado, se finda nesse momento e ele não mais retornou aos bancos escolares. Ainda em 1915, contribuiu com seu cunhado, Genésio Cândido Pereira, na fundação do Externato São Luís e chegou a compor o quadro docente.

A tradição familiar no exercício do magistério, seja de maneira formal como, sua mãe e seus avôs maternos, ou informal, como seu bisavô o fazia, permitiram a família acumular uma riqueza cultural grandiosa, ainda mais se levarmos em conta as condições dessa família que, não parece abastada, residente em uma pequena localidade no interior e, distante de grandes centros. Porém, se a cultura foi um diferencial, a questão financeira não era menos importante, durante três gerações, a educação se constituiu como uma fonte de renda para a família.

Plínio Salgado se constitui como um dos que sofreu com essas dificuldades: a ausência de escolas, de professores, os diferentes modelos pedagógicos, tudo isso afetou diretamente a formação dos que ali habitavam. No entanto, é inegável que nesse meio, se não fosse o único, provavelmente seria um dos poucos a ter a possibilidade de receber em casa, de parentes, em especial a mãe, os conhecimentos científicos e morais. Por mais que não fossem oficiais, esses ensinamentos não permitiram sua defasagem e mais, parecem tê-lo colocado em uma situação de destaque no ambiente escolar e mais tarde na sociedade. (LOUREIRO, 2001 e GONÇALVES, 2017)

Outro aspecto diz respeito ao fato segundo o qual, enquanto o pai estava vivo, lhe possibilitava os recursos necessários para se manter em um internato em Pouso Alegre. Será que, como ele, outros sambentistas conquistaram a mesma oportunidade? É sabido que não alcançou a Universidade, pois foi impossibilitado de concluir seus estudos e, que isso, no entanto, não o impediu de continuá-los por si próprio. Suas leituras iam da literatura à Filosofia e perpassavam pela História, Geografia, Sociologia. Conhecia o marxismo, o existencialismo, o positivismo. Nesse cenário, o termo *autodidata* talvez ganhe sentido. Afinal, mesmo não possuindo uma formação acadêmica, era considerado, por muitos, um intelectual. (LOUREIRO, 2001 e GONÇALVES, 2017)

Na coluna Plínio Salgado de 21 de janeiro de 1917 podemos observar a notoriedade que alcançara ainda jovem.

Plínio Salgado tem sido o mais forte sustentaculo do “Correio de São Bento” e à sua intelligente cooperação devemos o acolhimento e os louros colhidos durante 9 meses, apenas de lutas.

Moço ainda, pois, completa amanhã 22 annos, Plínio Salgado, já conquistou uma brilhante reputação no paiz das letras com a publicação esparsa de seus versos limpídos, artísticos e sonoros e de sua prosa farfalhante, quente e rumorosa que faz o encanto dos que nos leem. (Plínio Salgado. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 21 jan 1917, p.1)

Não podemos desprezar toda a trajetória vivida por Plínio Salgado e sua família no seu processo de educação formal e moral. A sua situação enquanto filho e neto de intelectuais e professores lhe proporcionou meios de se estabelecer em um grupo social diferenciado. Quando menino vimos que o hábito familiar de manter sarais na casa dos avós e depois na casa de seus pais, atraía pessoas prestigiadas socialmente pela posição que ocupavam, eram: políticos, delegados, professores, membros da igreja etc. Quando adulto esse hábito se diferenciou, mas não deixou de existir na vida de Plínio Salgado. Podemos tomar como exemplo o Gabinete de Leitura. Nele também se reuniam delegado, políticos, promotores, etc, com o intuito de promover o conhecimento artístico, literário, científico, acompanhado pela música.

Não deixa de ser importante destacar que o simples fato de não ser alfabetizado já era um meio de exclusão dentro do Gabinete de Leitura. Além da necessidade de conhecimento de outra língua com a qual pudesse ler os textos importados e por eles selecionados. Era um dos espaços por onde as classes dirigentes da cidade se articulavam e Plínio Salgado tinha a possibilidade de circular.

Um outro momento que pode evidenciar o prestígio social e o pertencimento de Plínio

Salgado a esse grupo social aparece na coluna *Festa Intima*, de 28 de janeiro de 1917. Nela há o relato da festa de aniversário de Plínio Salgado onde podemos perceber, novamente, a presença de autoridades da cidade, tidas aqui como amigos. Personalidades que encontramos facilmente nas páginas do *Correio de São Bento*, seja como colaboradores ou como notícia.

No dia 22 do corrente, o nosso esforçado companheiro sr. Plínio Salgado, commemorando a passagem de seu anniversario natalício, reuniu, em sua residencia alguns amigos de sua intimidade, aos quaes offereceu um magnifico jantar, que teve inicio às 8 horas da noite, quando alli presentes os srs. Manoel Marcondes da Silva, presidente da Camara Municipal, Frei Mauro de S. José, vigario da Parochia, Luiz Gonzaga Raposo, collector Estadual, Tabelião Manoel Pinto da Silva, Augusto Marcondes de Azeredo, Prefeito Municipal, Pharmaceutico Luiz Gonzaga de Rezende, Luiz Teixeira, senhoritas Maria Amelia Pereira e Virgilia Pereira, maestro Jose Franco Irineu Teixeira, Benedicto Ribeiro Marcondes, José Teixeira, Benedicto Monteiro de Andrade e Joaquim Rennó, redactor dessa folha. (*Festa Intima. Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, p. 2)

Mais do que a simples educação formal, a educação moral também permanece na conduta do redator do jornal, como: a solidariedade, o patriotismo, o catolicismo, elementos que compõe sua visão de mundo e sua atuação política e que, foram em muito provenientes da família. A própria conduta política de interferência e promoção de cultura na sociedade, provavelmente deva muito aos momentos vividos com o pai, considerado um líder político na cidade.

Todas essas experiências tiveram participação na trajetória de Plínio Salgado, são relevantes na sua formação intelectual e enquanto indivíduo. Se em 1916 havia um agente político, organizador e transmissor de cultura, atuante em diversas áreas da sociedade sambentista (professor, redator, dirigente do time de futebol, entre outros feitos) é, em parte, resultado dessas. É esse Plínio Salgado quem irá por meio do jornal, associado à sua rede de influências, definir a educação formal a ser estabelecida no município. Suas vivências enquanto aluno e professor, ajudaram a compor o retrato da instrução publica em São Bento do Sapucahy e a traçar um plano de ação que a transformasse.

Isso torna-se nítido em 1917. Logo nas primeiras edições do ano, o *Correio de São Bento*, se dedicou a promoção do ensino obrigatório no município. Na publicação de 14 de janeiro de 1917 há um panorama da instrução publica em São Bento do Sapucahy, onde trazem o valor que o sambentista denota a educação. Observe:

Porque o nosso povo, na sua quase totalidade vota à cartilha, um sollene despreso.
O nosso analphabeto tem orgulho de o ser, e, afóra um respeito fetechista pelas pessoas “carteadas”, tudo quanto lhes cheira a livro são cousas sem importância. (Ensino obrigatório.

Correio de São Bento, São Bento do Sapucahy. 14 jan. 1917, p.1)

Tal fato, justificava a causa da baixa frequência dos alunos no Grupo Escolar e, o real interesse que atraía os poucos alunos para a escola.

Agora dirá o leitor - “que temos muitas meninas no Grupo”.

Ora! Temos. Mas a maioria (e não se esqueça o leitor de ir creditando por sua conta as exceções que lembrar) a maioria não vai alli por causa do alfabeto ou das matérias do curso rudimentar, mas pelas pelintronices pantomineiras das festas annuaes. (Ensino obrigatório. *Correio de São Bento, São Bento do Sapucahy. 14 jan. 1917, p.1*)

Com o sexo masculino a situação era ainda pior.

E a prova disso é o numero inferior de alunos do sexo masculino. Os poucos que alli vão não são atraídos pelos bellos olhos do Salgado, do Laurival, ou do Nogueira, mas somente para que os paes se vejam livres das peraltices. Vontade de apprender, muito poucos. (Ensino obrigatório. *Correio de São Bento, São Bento do Sapucahy. 14 jan. 1917, p.1*)

E ressalta que mesmo todos os atrativos não foram suficientes para atraí-los porque esses não sabiam o valor da educação.

Infelizmente o nosso povo não comprehende a necessidade da instrucção. O estímulo, o carinho, a solicitude dos mestres, de nada servem para atrahir as creanças a escola. O nosso Grupo escolar, tão apparatusamente installado, veio nos provar que não só com assucar é que se apanham moscas.

Assucar é muito bom para apanhar moscas civilizadas, mas para mutucas e pernilongos é trabalho perdido. (Ensino obrigatório. *Correio de São Bento, São Bento do Sapucahy. 14 jan. 1917, p.1*)

Em meio a esse cenário onde a população, por livre iniciativa, não mandava seus filhos à escola ou não creditava a ela seu devido valor, a solução partiu de cima para baixo, do poder público para a sociedade por meio da lei nº 77 de 26 de janeiro de 1917, que institui o ensino obrigatório no município. Lei essa rígida e que previa meios de fiscalização e controle que incluía, até mesmo, o direito de matricular a criança caso os pais fossem negligentes.

A coluna de 14 de janeiro denominada *Ensino Obrigatório* evidenciava a situação da instrução publica na cidade e foi responsável por introduzir a discussão do problema, trazê-lo à público. Nela, as constatações de como se apresentava a educação foram fundamentais para justificar à população a necessidade de uma lei de obrigatoriedade e nos ajudar a compreender a forma como a conceberam.

O primeiro artigo descreve a finalidade máxima da lei: “Fica instituído o ensino preliminar obrigatório, em todo território do município, para as crianças de 7 a 12

annos." (Câmara Municipal lei nº 77. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 28 jan 1917, p.3). Só se excetuavam da obrigatoriedade os alunos que se incluíssem nessas situações: residir a uma distância da escola maior que três quilometros para os meninos ou dois Kilometros para as meninas ou por questões de saúde como: possuir uma moléstia contagiosa comprovada por atestado médico ou reconhecida pela autoridade escolar ou possuir inabilidade física ou intelectual.

Para os responsáveis que não matricularam seus filhos, esses serão matriculados "ex-officio". Os pais, tutores, curadores e patrões eram avisados antecipadamente e deveriam comparecer à escola em cinco dias, também não poderiam faltar por mais de quinze dias consecutivos. Aos que descumprisem a lei era aplicada multa de 10\$ a 15\$ com adicional de 5\$ por dia enquanto decorrer em faltas.

Os menores de 12 até 16 anos não poderiam trabalhar durante as horas de ensino, com exceção dos que já haviam terminado o curso preliminar ou se provassem que frequentavam curso noturno ou tinham instrução particular. A falta de comprovação dessas incidia em multa de 20\$ a 50\$000. As faltas das crianças e as multas eram respondidas pelos patrões ou por seus responsáveis legais.

Se a responsabilidade dos pais era garantir a matrícula e frequência dos alunos, aos professores e as escolas cabia a fiscalização e a notificação. Observe os artigos 4º, 10º, 11º, 12º e 13º:

Art. 4º - os encarregados do ensino particular remetterão mensalmente ao Inspector Municipal um mappa com informações sobre a frequência dos alumnos e, semestralmente, um mappa-resumo do movimento da escola, acompanhado de relatório consiso sobre o aproveitamento e tudo quanto interessar possa á causa da instrucção.

§ Unico a infração das disposições deste artigo, será punida com a multa de vinte mil réis, duplicada na reincidência.

Art. 10º - Compete aos professores conhecer das rasões sobre a falta do comparecimento dos alumnos de sua escola com julgamento da autoridade escolar e recurso para a Camara Municipal.

Art. 11º - As faltas dadas pelos alumnos durante o mez, serão levadas pelos respectivos professores ao conhecimento do Inspector Municipal.

Art. 12º - Fica o Inspector Municipal como representante da Camara, encarregado da fiscalização do ensino e com atribuições para a Imposição das multas. (Câmara Municipal lei nº 77. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 28 jan 1917, p.3)

E quanto a aplicação da lei: Como se daria? Quem seria responsável por colocá-la em prática? Se responsabilizar para que deixasse de ser um ideal e se tornasse concreta?

Se a lei era municipal os recursos para sua aplicabilidade não o eram, cabia ao Estado a tarefa de arcar com os custos da educação, o que inviabilizou na prática a lei. Os alunos

que estivessem entre sete e doze anos poderiam ser matriculados, segundo a lei, nos grupos escolares, nas escolas públicas isoladas, nas escolas particulares ou nos próprios domicílios ou no local de sua conveniência. Aparentemente não parecia haver nenhum empecilho aos alunos para se matricular e frequentar a escola, afinal as possibilidades não eram poucas.

Além disso, a Câmara Municipal garantia no artigo 5º da lei 77:

Para a effectividade do ensino obrigatório, a Camara Municipal, providenciara:

- a) perante o governo do Estado sobre o provimento das escolas existentes;
- b) sobre a criação de novas escolas;
- c) sobre o levantamento de estatística annual da população escolar do município.
- d) sobre verba no seu orçamento para subvenção ás escolas particulares ou criação de escolas municipaes, nos pontos onde verificar essa necessidade. (Câmara Municipal lei nº 77. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 28 jan 1917, p.3)

Façamos uma análise de algumas publicações do jornal que se relacionam com aspectos importantes do artigo. Começaremos pela letra d que corresponde as verbas no orçamento para a subvenção ás escolas municipais. A lei nº 76 de 26 de dezembro de 1916 que fixava a despesa e orçava a receita do município para o exercício do ano de 1917, levou a publicação em 21 de janeiro de 1917 a publicação do Orçamento da Câmara Municipal. Constava das arrecadações feitas por meio de impostos na cidade de São Bento do Sapucaí e nos seus respectivos distritos: Santo Antônio do Pinhal, Campos do Jordão e Candelária, especificando o que foi amealhado em cada um. Assim como, os gastos aos quais se destinavam, em cada um dos territórios. Dois pontos chamam a atenção: o primeiro quando da descrição das despesas do distrito de Campos do Jordão. Esse é o único distrito ao qual se destina parte da verba para o aluguel de casa para escola pública, sendo esse a única despesa com educação que estava orçada em 360\$000 de uma receita de 3:255\$000. Nos demais distritos não há nenhuma descrição de qualquer verba destinada para a educação.

O segundo está associado a única despesa de uma receita de 37: 601\$260 que São Bento do Sapucaí destinava a educação. Essa consta no artigo 6º da lei, parágrafo 17: "Festas e prêmios escolares 200\$000". (Orçamento da Camara Municipal. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 21 jan 1917, pp 3-4). É possível constatar que o município pouco contribuía com a educação, ao que podemos observar 200\$000 não parece uma quantia alta, além disso, usada para festas e prêmios escolares. A Câmara Municipal apesar de elaborar concomitantemente a lei 77 que dispõe do ensino obrigatório e publicar o orçamento do município em consonância com a lei nº 76, não se preocupou

em destinar nada além do estabelecido para fazer cumprir a lei da obrigatoriedade. O que remonta a outros pontos do artigo 5º da lei 77.

Nas letras a e b do respectivo artigo a Câmara Municipal se compromete a providenciar, perante o Estado, o provimento de recursos às escolas existentes e a criação de novas. Isso, somado ao fato de não haver por parte do município gastos com a educação, corrobora o descrito acima, era função exclusiva do Estado os recursos necessários para mantê-la.

A outra fonte que pudemos constatar estava descrita no Art. 13 da lei nº 77. "Será applicado na distribuição de premios aos alumnos que mais se distinguirem nos exames no fim do anno, o producto das multas arrecadadas durante o exercício lectivo." (Câmara Municipal lei nº 77. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 28 jan 1917, p.3). Porém essa era incerta e seu destino estava claramente especificado em lei. Mas em que o Estado poderia dificultar a implantação de uma lei municipal?

A resposta está em duas colunas posteriores a promulgação da lei. A primeira do dia 04 e a segunda do dia 11 de março de 1917. Na edição de 04 de março já podemos identifica-la.

Ha um grande numero de candidatos às graças do alfabeto e sem escola onde se possa matricular. O interessante, como era de se prever logo que se installou o Grupo nessa localidade, é que a crise existe justamente onde os interesses publicos e particulares reclamam o maior numero possível de vagas e onde deveria haver antes lugares á espera de alumnos do que alumnos a mendigar lugares. E isto é o que acontece: - o 4º anno há um numero reduzido de creanças, ao passo que no 1º são rejeitadas essas creaturinhas que a nossa Camara Municipal chamou dos lares para as fileiras da instrucção. A Camara segura-as pelo braço, empurra-as para o Templo do Saber (como diriam os poetas de sobremesa) e o Sacerdote do Templo (para continuar a linguagem dos referidos poetas) bate-lhes a porta à cara. (O Ensino Obrigatório. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 04 mar. 1917, p. 2)

Se a Câmara Municipal por meio da lei instaurou o ensino obrigatório esse, encontrou na prática a impossibilidade ao menos momentânea de ser posto em prática. Se o município era autônomo para criar políticas que visavam melhorias, esse não o era financeiramente, dependia das verbas oriundas do Estado, pelo menos para a educação.

Nos parágrafos seguintes da coluna, questionasse como poderia a Câmara Municipal arcar com a tarefa de promover vagas aos alunos ingressantes e, de pronto, se responde que seria impossível dado a receita do município e suas despesas que garantem, com sacrifício, o equilíbrio das contas públicas. E chama à responsabilidade o Estado. Além de fornecer duas medidas para solucionar o problema. "Ou o sr. Oscar desdobre as classes iniciaes do nosso Grupo, ou nos dê, no perimetro urbano da cidade escolas

isoladas que sejam como que as valvulas por onde irrompa a sobra do Grupo Escolar.” (O Ensino Obrigatório. *O Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 04 de mar. 1917, p.2). E ainda termina “Do contrario o povo estaria melhor servido pelas antigas escolas isoladas e, com estas, o governo municipal poderia executar mais facilmente o seu nobre desejo que deve ser o ardente sonho dos espíritos elevados.” (O Ensino Obrigatório. *O Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 04 de mar. 1917, p.2).

Já em 11 de março, na coluna Ensino Obrigatório, retoma-se a discussão proposta na edição anterior. Novamente se elogia a Câmara Municipal pelo seu ato e reforça a incompreensão dos pais quanto a necessidade de enviar seus filhos à escola. Mas a questão central remonta as possibilidades propostas para solucionar o problema. Não acreditam que as escolas isoladas possam de fato solucionar o problema, pelo contrário apontam que essas poderiam incorrer em prejuízo aos alunos. E destacam que em uma cidade onde o número de crianças é grandioso o governo do estado deveria olhar com mais cautela. E propõe que a solução mais viável é o desdobramento das classes.

Disso tudo se pode deduzir claramente a melhor solução para o caso: - o desdobramento das classes iniciaes do nosso Grupo. [...] Urge pois que o sr. secretario do interior lance suas vistos para a nossa terra e nos dê mais algumas classes em nosso grupo escolar. Aqueles que quizerem combater a nossa idéa, poderão dizer que no predio onde funciona o grupo escolar, não há salas onde se possam installar as requeridas classes. Esse impecilho removemol-o nós:
Segundo informações do illustre prof. Malvino de Oliveira, há no edificio do Grupo lugares para mais duas salas. (Câmara Municipal lei nº 77. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 28 jan 1917, p.3)

Observe que ao dizer: “Esse impecilho removemol-o nós” se colocam como parte integrante. Vale lembrar que Plínio Salgado e outros colaboradores que circulam pelo impresso são professores do Grupo Escolar.

Outras iniciativas também merecem destaque. Uma delas noticiada em 11 de março de 1917, de autoria do dr. Genésio Cândido, trata da criação de um curso noturno que funcionaria nas dependências do Gabinete de Leitura a partir de 20 de março de 1917. O curso funcionava três dias na semana: segunda, quarta e sexta-feira das 8 às 10h da noite. E tinha as seguintes matérias selecionadas: Português, Francês, Geografia, Aritmética e História do Brasil. É importante destacar que esses conteúdos pré-selecionados eram julgados como os mais “necessários para a vida prática”. (Gabinete de Leitura – curso nocturno. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 11 mar. 1917, p.3).

Trazia ainda a definição dos professores e o conteúdo que cada um lecionaria.

Portuguez – Plinio Esteves Salgado; Francez – dr. Genesio Candido Pereira; Arithmetica – dr. Octavio Campello; Geographia – professor Laurival de Paula; Historia do Brasil – professor Orlando Dante.

Professores substitutos: Frei Mauro de S. José, Ernesto Herculano de Sousa, Dr. Guilherme Pinto e Manuel Pinto da Silva. (Gabinete de Leitura – curso nocturno. *Correio de São Bento*. São Bento do Sapucahy, 11 mar. 1917, p.3).

Na edição de 25 de março de 1917 foi publicado o quadro de horário, organizado pela diretoria no dia 13 de março do mesmo ano, com suas respectivas matérias:

Dias da semana	8 ás 9	9 ás 10
Segunda - Feira	Historia do Brazil	Portuguez
Quarta - Feira	Francez	Arithmética
Sexta - Feira	Geographia	Portuguez

Fonte: *Correio de São Bento*, 25 mar. 1917, p. 3.

Porém, na edição de 25 de março de 1917, M V, menciona outros projetos idealizados.

De facto o dr. Genezio logo que aqui fixou residencia, tratou de fundar um collegio com bom corpo docente. E fundou. O collegio teve de fechar-se por falta de frequencia. Por essa mesma occasião algumas pessoas tratavam de manter uma folha que se batia pelos interesses do municipio. O jornal ficou reduzido a um assignante.[...]

Pouco depois (volta dr. Genezio á scena) organizou-se aqui um Externato, com um corpo docente competentíssimo. O dr. Genezio um dia, indo dar a sua aula, encontrou 1 único alumno, vendeu os bancos, fechou a casa, tirou a chave, poz no bolso e desiludiu-se. O povo mandara ás favas o melhoramento. (MV. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 mar. 1917, p. 1)

Um outro aspecto na coluna não passa despercebido. Trata-se da justificativa dada para o sucesso que obteve o *Correio de São Bento*. “Ultimamente tentou-se uma reacção. O ‘Correio de São Bento’ a poder de uma orientação dura e até violenta, conseguiu impor-se com um grande numero de assignantes.” (MV. *Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 25 mar. 1917, p. 1).

Em 1918 uma nova iniciativa agora idealizada por Plínio Salgado.

A pedido de diversos cavalheiros aqui residentes, o sr. Plinio Salgado, auxiliado por Phco. Manuel M. de Carvalho, vae abrir um curso de sciencias e letras que funcionara desde a 2ª quinzena de Fevereiro e que terá por fim preparar candidatos para a matricula nos cursos superiores da Republica. Annexo funcionara um curso nocturno para os empregados do commercio. Os interessados podem dirigir-se a esta redacção. (*Correio de São Bento*, São Bento do Sapucahy, 13 jan. 1918, p. 3)

A partir do exposto até aqui, consideramos que, ainda, há questões a serem analisadas no jornal e em outras fontes. No entanto, pudemos constatar o quanto

a educação era ponto chave para Plínio Salgado e seu grupo, que transcendia o jornal e atingia outras instituições. Como vimos, tinham um projeto cultural definido com objetivos claros. Para eles, o civilizado estava diretamente associado ao educado. Educação que superava a escola e se viabilizava pela ação de diferentes agentes, tais como a família, o Exército, o jornal, o cinema, os clubes e associações, como a finalidade de transmitir condutas morais, cívicas e de higiene.

Considerações finais

Ao analisarmos as colunas e seções contidas no *Correio de São Bento* muito pudemos extrair, até mais do que consta nessas páginas, mas que, por agora, não são informações relevantes. O impresso, tomado como fonte e/ou objeto, tem muito a contribuir. A análise feita e, exposta no primeiro capítulo, forneceu elementos significativos para descrever sua estrutura material, qual seja: a regularidade do impresso, o número de páginas, as seções e suas localizações, a porção destinada a propaganda, sua forma de circulação, etc.

O jornal se definia como um elo entre a população sambentista e as notícias oriundas das diversas regiões do país e do mundo. Assim como, responsável por levar os acontecimentos da cidade aqueles que residiam em outros municípios, mas estavam, de alguma forma, ligados a ela. Por vezes, se coloca como porta-voz da população, tomando decisões e atitudes em seu nome. Como exemplifica a reação frente a empresa fornecedora de luz elétrica (Companhia Vivaldi) por não proporcionar um serviço de qualidade.

No entanto, para além do material, foi possível identificar o grupo social e político que se articulava no e por meio dele. Diferenciavam-se do restante da população sambentista, em muito, devido a formação intelectual que, naquele momento, era difícil de ser alcançada. Fato corroborado pela trajetória do próprio Plínio Salgado, que passou por inúmeros percalços para obtê-la, devido à falta de estrutura enfrentada pelo município. Em contrapartida, era o que os conectava.

Ocupavam importantes cargos dirigentes eram: vereadores, promotor, membros da Igreja, delegado, professores. Cargos que lhes rendiam prestígio e reconhecimento, mas que também permitiam uma atuação política significativa na sociedade. Eram organizadores da cultura, tinham projetos definidos para a educação, a moral, o

progresso, a estrutura política, entre outros, os quais transmitiam pelo *Correio de São Bento*, mesmo esse não sendo o único veículo para tal finalidade. Buscavam alcançar a sociedade e transformá-la, assim como, transformar a estrutura física da cidade e elevá-la nacionalmente.

Por ocuparem instituições estratégicas como: o Grupo Escolar, a Câmara Municipal, o clube Recreio, a Promotoria, a Delegacia, a Igreja, etc, conseguiam facilmente promover suas ideias, garantir seu alcance e, com maior facilidade, colocá-las em prática. O que percebemos quando da aprovação da Lei 77 de 1916 ou, na intervenção do jornal em conjunto com a Câmara Municipal no combate ao tifo.

Entre as diversas categorias de análise que se apresentam no *Correio de São Bento* elegemos duas, não só encontradas no impresso, mas que foram, em outros momentos, revisitadas por Plínio Salgado, sendo elementos cruciais no seu projeto político: o *progresso* e o *município*, que apesar de descritos em separado, no capítulo 2, estão associados e articulam-se. No impresso, São Bento do Sapucaí era a cidade do futuro, e só poderia alcançar seu destino se estivesse alinhada ao *progresso*, se suas estruturas físicas e sociais se assemelhassem às “cidades grandes”, as quais tomavam como exemplo. O *progresso* ia de encontro ao moderno, ao novo, como: a luz elétrica, a ferrovia, a imprensa, o telefone. Porém, só eram de fato considerados essenciais se sua implantação viesse acompanhada de benesses, o moderno por si só não era significativo. Ao lado dele deveria haver o crescimento econômico, intelectual, novas vias de comunicação mais rápidas e eficientes que ligassem São Bento do Sapucaí ao Vale do Paraíba, à capital São Paulo e a Minas Gerais, mudanças de hábitos, erradicação de doenças, etc.

Ao que concerne ao *município*, esse sempre foi uma importante plataforma para Plínio Salgado. Para ele, deveria ter maior autonomia em relação ao governo estadual que, não promovia as melhorias necessárias ao desenvolvimento da cidade, mesmo quando da existência de verba estabelecida para a finalidade. Acreditava haver um descaso por parte dos governantes, levando-o a questionar o sistema eleitoral vigente e a organização política que, existia para perpetuar a oligarquia no poder.

O *Correio de São Bento* levantou bandeiras que Plínio Salgado defendeu durante muito tempo, como o voto. O sistema de votação servia para dar ao processo um caráter democrático, mas na prática, segundo o impresso, as eleições eram fraudadas. Exemplos são: a atribuição de votos aos mortos ou o fato de as cédulas virem preenchidas com as

intenções do Diretório, não cabendo ao eleitor o direito de escolha. A não possibilidade de exercer de fato o direito de voto se tornava um empecilho na busca por representatividade no governo estadual, por isso, o total descaso. A eleição legitimava nomes pré-definidos, mantendo o estado sobre o controle das famílias oligárquicas.

A solução estaria na autonomia do *município* que poderia eleger seus representantes sem interferências externas. Optando por candidatos que conhecessem a realidade local e, buscassem governar no intuito de promover melhorias eficazes, que conduzissem ao *progresso* e ao engrandecimento da cidade frente ao restante do país. Para esses, ninguém mais poderia entender tão bem o *município* como seus habitantes.

No entanto, a elevação do *município* e o *progresso* exigiam a formação de habitantes para conviver com o novo. Não poderia haver progresso se a população mantivesse hábitos e costumes que não condizesse com o urbano, o moderno. Nessa conjuntura a *educação* se tornou ferramenta essencial na transmissão de uma nova cultura. O objetivo era ir além da simples educação formal, escolar, mesmo sendo essa uma das preocupações do impresso.

O analfabetismo era considerado por eles um “mal”. Um importante elemento na conduta eleitoral, afinal, esses eleitores eram facilmente enganados. Também eram incapazes de exercer funções mais complexas, limitados pelo desconhecimento. Para saná-lo, foi preciso uma intervenção do governo municipal. Como os pais não conseguiam, por si, compreender a necessidade e a importância de educar as crianças, em 1916 se estabelece a lei 77 que, obrigava a matrícula das crianças de 7 a 12 anos. Aos pais ou responsáveis que não o fizesse ou, que não encaminhasse seus filhos, caberia punições.

À elite, era destinada uma educação refinada, que poderia ser absorvida no Gabinete de Leitura, no cinema Recreio, onde se discutia arte, literatura, ciência, se lia a imprensa nacional e estrangeira.

Porém, a conduta também se torna alvo do impresso. A moral, a higiene, os hábitos, o patriotismo, a educação militar, fazem parte de uma tentativa de civilizar, de aculturar, que encontrava no impresso uma forma de transmissão. No capítulo três pudemos observar exemplos dessa natureza. Logo, educar vai além da formação intelectual e se tornava essencial para alcançar o *progresso*.

A educação para Plínio Salgado era cara. Sua atenção com a mesma aparece em suas obras literárias e nas obras referentes ao Integralismo. Se tornou uma ferramenta

fundamental para compor o homem integral¹⁸, cuja formação se pretendia completa, perpassando pela moral, pelo físico e a religião, muito além da formação científica.

Antes de concluir, não podemos nos furtar a dizer que há muito por investigar quanto a formação intelectual de Plínio Salgado e as suas ideias. Analisar sua trajetória, seja por meio de outras documentações ou pelo *Correio de São Bento*, uma fonte riquíssima que deve ser explorada sob novas perspectivas e abordagens e que, definitivamente não se esgota aqui. Sua análise, ainda que não na sua totalidade, possibilitou perceber o quanto do pensamento de Plínio Salgado se manteve e as mudanças que sofreu. Assim como, muito dos pensamentos e questionamentos do Plínio Salgado integralista, já estavam presentes muito antes da década de 1930 e, foram aprimoradas ou se transformaram ao longo da década de 1920.

Referências bibliográficas:

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CAMPOS, Maria Teresa de Arruda, DOTTA, Renato Alencar (orgs.). *Dos papéis de Plínio Salgado contribuições do arquivo de rio Claro para a historiografia brasileira*. 1ª edição. Rio Claro: Oca Editora, 2013.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, 35, pp , Dezembro/2007.
- CUNHA, Tiago Donizetti da. A atuação dos professores primários no Vale do Paraíba Paulista (1889 – 1920). Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica,

¹⁸ Para melhor compreensão do que o Integralismo define como homem integral consultar CAVALARI (1999).

¹⁹ Para melhor compreensão do que o Integralismo define como homem integral consultar CAVALARI (1999).

São Paulo, 2015

- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução: JUNGMANN, Ruy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FAUCONNET, Paul. Com um estudo da obra de Durkheim, pelo PROF. PAUL FAUCONNET. FAUCONNET, Paul. *Educação e Sociologia*. Tradução: Prof. Lourenço Filho. 4ª edição. s.l: Edições Melhoramentos, 1955.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895 – 1975)*. 1ªed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
- LIGUORI, Guido, VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano 1926-1937*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: Edições GRD. 2001.
- MATOS, Maria Izilda Santos de, GONÇALVES, Leandro Pereira. O ESTRANGEIRO na obra de Plínio Salgado: matrizes, representações, apropriações e propostas. *Patrimônio e memória*, São Paulo, v. 10, nº 1, pp 157-182, janeiro-junho / 2014.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. Editora Contexto, 2015.
- SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*
- _____. *Obras completas*. São Paulo: Editôra das Américas, s.d.
- _____. *O integralismo na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Edições, s.d.
- _____. *O esperado. O Esperado*. Comp. Editora Nacional, 1981.
- _____. *O estrangeiro*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1972.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 231-269.
- TRINDADE, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.
- VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia Curupira.: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, 16, pp. 64 - 85, jan-abr/2008.

Fontes

CORREIO DE SÃO BENTO. São Bento do Sapucahy, 1916 – 1919

CORREIO PAULISTANO. São Paulo